



CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2016

Porto Velho-RO, 2017

**CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA**

Relatório de Gestão do exercício 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 154, da Portaria TCU 59 e das orientações do órgão de controle interno

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 3.1 - Dados do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia

Figura 1 - Organograma Funcional do CRO-RO

Quadro 4.1- Receitas Orçamentárias

Quadro 4.2 - Despesas Orçamentárias

Quadro 4.3.1 - Execução física e financeira

Quadro 4.3.2 - Cota-Parte devido ao Conselho Federal de Odontologia

Quadro 5.1 – Composição da Diretoria 2014 - 2016

Quadro 5.2 – Composição da Diretoria 2016 - 2018

Quadro 5.3 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro 5.4 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro 5.5 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Quadro 6.1 - Lotação autorizada com a efetiva.

Quadro 6.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro 6.3 - Distribuição em funções

Quadro 6.4 - despesas com pessoal

Quadro 8.1 – Vida útil e taxa de depreciação de ativos

Quadro 8.2 – Demonstrações contábeis

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

<u>Sigla</u>	Significado
CFO	Conselho Federal de Odontologia
CRO	Conselho Regional de Odontologia
CRO-RO	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
TCU	Tribunal de Contas da União
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
LOA	Lei Orçamentária Anual
EPAO	Entidade Prestadora de Assistência Odontológica

Sumário

INTRODUÇÃO

2 – APRESENTAÇÃO

- 2.1 - Apresentação de como está estruturado o relatório de gestão
- 2.2 - Principais realizações da gestão no exercício
- 2.3 - Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício
- 2.4 - Outras informações úteis

3 - VISÃO GERAL

- 3.1 - Finalidade e competências
- 3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade
- 3.3 - Breve histórico da entidade
- 3.4 – Organograma

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

- 4.1 - Planejamento Organizacional
- 4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos
- 4.3 - Desempenho Orçamentário
- 4.4 - Desempenho operacional
- 4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- 5.1 - Descrição das estruturas de governança
- 5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados
- 5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna
- 5.4 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 5.5 - Gestão de riscos e controles internos
- 5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados
- 5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- 6.1 - Gestão de pessoas
- 6.2 - Gestão da tecnologia da informação

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 7.1 - Canais de acesso do cidadão
- 7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
- 7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- 7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 8.1 - Desempenho financeiro no exercício
- 8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- 8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- 8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 – Assinaturas

11.2 - Fotografias dos eventos

11.3 – Demonstrações contábeis

Introdução

Este conselho, seguindo sua função institucional, tem realizado várias ações buscando a regulação e o exercício legal da Odontologia, além disso, tem buscado a valorização da profissão junto a sociedade e realizado programas de educação continuada para os profissionais visando sua melhor atuação junto ao paciente. Estas ações são resultado de uma programação de fiscalização ostensiva e preventiva, emissão de documentos e cursos de capacitação visando uma educação continuada para uma melhor atuação junto a sociedade.

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia (CRO-RO) está instalado em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, sendo compostos de 5 (cinco) membros e outros 5 (cinco) suplentes, com mandato bienal eleitos em votação secreta, por maioria absoluta de votos dos cirurgiões-dentistas inscritos no CRO-RO. O mandato dos membros do CRO-RO é meramente honorífico, exigida como requisito para eleição a qualidade de cirurgião-dentista devidamente legalizado, de nacionalidade brasileira. A diretoria do CRO-RO é composta pelo presidente, secretário, tesoureiro, presidente da comissão de ética e presidente de tomada de contas.

O CRO-RO desenvolve atividades integradas a outros entes públicos, no sentido de orientação, fiscalização e atuação, relacionadas à atividade profissional da odontologia. Garantindo a regularidade do exercício profissional e prezando pela qualidade no atendimento odontológico à sociedade.

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório da Gestão tem por finalidade apresentar as atividades realizadas pelo Conselho Regional de Odontologia do Estado de Rondônia – CRO/RO durante o exercício de 2016, em atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal, na IN TCU nº 63/2010 alterada pela IN TCU 72/2013, na DN TCU Nº 154/2016, e Portaria TCU nº. 59/2017 e nas orientações do órgão de Controle Interno.

Paralelamente, permite ao CRO/RO prestar contas à sociedade, e especialmente aos cirurgiões dentistas, técnicos em prótese dentária, técnicos em saúde bucal, auxiliares de prótese dentária e auxiliares de saúde bucal bem como as clínicas odontológicas e empresas de produtos odontológicos, da aplicação dos recursos que arrecada e administra, demonstrando transparência aos resultados de sua gestão.

2.1 Apresentação de como está estruturado o relatório de gestão

O relatório de Gestão do Conselho Regional de Odontologia do Estado de Rondônia está estruturado em 11(onze) seções: 1 Elementos pré-textuais; 2 Apresentação; 3 Visão geral; 4 Planejamento organizacional e resultados; 5 Governança, gestão de riscos e controles internos; 6 Áreas especiais da gestão; 7 Relacionamento com a sociedade; 8 Desempenho financeiro e informações contábeis; 9 Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; 10 Outras informações relevantes; e 11 Anexos e apêndices.

2.2 Principais realizações da gestão no exercício

Compete ao Conselho Regional de Odontologia de Rondônia registrar os profissionais e fiscalizar o exercício da odontologia e promover ações para fomentar educação continuada, boas práticas no exercício profissional, dentre outras ações que visam estabelecer uma relação benéfica da atividade odontológica junto a sociedade. Dentre os projetos/atividades desenvolvidos no exercício destacamos os seguintes:

Orientação através de e-mails, artigos e matérias vinculadas no site do conselho, esclarecendo conduta de propaganda, emissão de recibos, atestados e relação com os pacientes, documentações para regularidade profissional, criação de novas especialidades, área de atuação e aperfeiçoamento. Assim como, informando sobre prazos, datas e demais assuntos de interesse da odontologia.

Fiscalização preventiva realizada na capital e no interior do estado, onde foram autuados e notificados vários profissionais em relação ao exercício profissional e questões éticas; e apuradas diversas denúncias relacionadas ao exercício profissional.

Palestras educativas na capital e no interior do estado visando o aprimoramento técnico científico, assim como esclarecendo quanto a atividade profissional, ética, área de atuação e direitos e deveres dos profissionais.

Realização, em parceria com Associação Nacional de Auxiliares e Técnicos em Odontologia (ANATO), Conselho Federal de Odontologia (CFO) e Prefeitura Municipal de Porto Velho, o 1º EEATO – Encontro Estadual de Auxiliares e Técnicos em Odontologia no

Estado de Rondônia no auditório do CRO-RO.

Participação na 5º (quinta) plenária ordinária do Conselho Municipal de Saúde que aconteceu no auditório da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) no dia 02 de junho de 2016 (quinta-feira), com objetivo de debater e aprovar várias ações referente à saúde.

Reunião de fiscalização com o diretor geral do Hospital e Pronto Socorro João Paulo II para tomar conhecimento do serviço ofertado e verificar as rotinas do Cirurgião-Dentista na referida Unidade de Saúde em Porto Velho.

Fiscalização ao Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro para verificação da rotina dos cirurgiões-dentistas lotados nesse hospital, onde o serviço de buco-maxilo-facial possui uma enfermaria com 5 (cinco) leitos e solicitação da reativação do atendimento Odontológico aos pacientes internados, seja a nível ambulatorial, seja a nível de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), devido os benefícios comprovados cientificamente da Odontologia Hospitalar

Participação na I Jornada de Segurança do Paciente, realizado no auditório do CREMERO, promovido pelo Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, que teve como objetivo capacitar os profissionais da saúde através de uma visão multidisciplinar de todos os fatores que podem interferir na segurança dos pacientes no Hospital de Base.

Realização de palestra sobre a Odontologia Hospitalar para cerca de 50 profissionais que aprimoraram o conhecimento técnico e científico em Porto Velho. Nos municípios de Ariquemes, Ji-Paraná e Porto Velho palestras com o Tema- Novas Técnicas e Tecnologias em Implantodontia: Uma Abordagem Clínica. E apoio ao 4º Encontro Científico e Social dos Cirurgiões-Dentistas de Ariquemes.

Realizou o curso de capacitação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) nos municípios de Cacoal e Porto Velho.

Sediou a reunião entre os presidentes e representantes dos Conselhos Regionais de Odontologia (CRO's) da Região Norte do Brasil. Onde foram debatidos temas importantes, como a revisão do Código de Ética Odontológica (CEO) e as demandas de cada Regional.

2.3 Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

Dificuldade de acesso a algumas localidades devido às más condições das estradas. Dificuldade de localizar alguns endereços fornecidos via denúncia.

Dificuldade de divulgação e acesso a toda a população com as informações necessárias para esclarecer a área de atuação e importância da odontologia na saúde.

Dificuldade para atualização de banco de dados devido os profissionais não informarem quando mudam de endereço, e-mail e telefone.

2.4 Outras informações úteis

Houve maior número de denúncias por parte da população quanto ao exercício ilegal da profissão, devido ao trabalho de esclarecimento junto à população da importância de ser atendido por um profissional formado. Ocorreu ainda uma maior conscientização por parte dos profissionais quanto as boas práticas que devem ser seguidas nas propagandas e atendimentos à população, fato que acarretou denúncias de vários profissionais por atividade incondizente de outros profissionais.

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE

O quadro 3.1 a seguir resume os principais dados da unidade Prestadora de Contas.

Quadro 3.1: Dados do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia

DENOMINAÇÃO COMPLETA:	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA:	CRO-RO	CNPJ:	05.896.444/0001-70
NATUREZA JURÍDICA:	Autarquia Federal	CONTATO:	(69) 3221-1813
CÓDIGO CNAE:	94.12-0-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	cro-ro508@gmail.com		
PÁGINA INTERNET:	www.cro-ro.org.br		
ENDEREÇO POSTAL:	Rua Duque de Caxias, 508		
CIDADE:	Porto Velho	UF:	RO
BAIRRO:	Caiari	CEP:	76801170

Fonte: <http://cro-ro.org.br>

3.1 Finalidade e competências institucionais

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, fundado em 01 de janeiro de 1986 por força da Decisão nº 29/1985, com base na Lei 4.324 de 14 de abril de 1964, a qual institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, é uma autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, que tem por finalidade as atividades a supervisão da ética profissional, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, conforme capítulo II, Artigos 5º e 6º do Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, disponível no endereço <<http://cro-ro.org.br>>.

Portanto, é função do CRO/RO “Conceder a habilitação ao exercício profissional do cirurgião-dentista, como clínico ou especialista; ao Técnico em Prótese Dentária (TPD), Técnico em Saúde Bucal (TSB), Auxiliar de Saúde Bucal (ASB) e Auxiliar de Prótese Dentária (APD), e ainda, o registro de pessoa jurídica, como as Empresas Prestadoras de Assistência Odontológica (EPAO), Laboratórios de Prótese (LP) e Empresas Comercializadoras de Produtos Odontológicos (EPO). Além das funções estritamente legais, o CRO/RO também contribui com a valorização profissional, promovendo eventos que reforçam a união da classe odontológica e que contribuem para a formação técnica; atuam na orientação a população, através de campanhas de prevenção e informação; fomentam discussões sobre assuntos fundamentais a odontologia, como o ensino nas universidades; trabalham em parcerias com as

universidades, buscando aprimoramento na formação do cirurgião-dentista; orientam o profissional no exercício de sua profissão. E, o mais importante, é o guia, do profissional da Odontologia, para conduzi-lo aos caminhos de uma conduta profissional ética, comprometida, responsável e consciente

As principais competências da gestão compreendem fiscalização, ética e regulação da profissão. Através da Comissão de Fiscalização são apuradas todas as denúncias relativas ao exercício profissional dos cirurgiões dentistas, técnicos de saúde bucal, auxiliar de saúde bucal, técnico de prótese dental e auxiliar de prótese dental, além das clínicas, consultórios, laboratórios e locais que comercializam produtos odontológicos. Uma vez constatadas irregularidades estas são encaminhadas para a Comissão de Ética para as devidas providências.

A Comissão de Ética tem como finalidade averiguar denúncias encaminhadas pela Comissão de Fiscalização ou pela população que é realizada através dos canais competentes.

A regulação da profissão compreende a emissão de carteiras profissionais, certificados, certidões, regularidade ética e financeira, atestando através desses documentos que o profissional inscrito está apto a desempenhar sua atividade profissional.

3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A legislação que regula o funcionamento da Conselho regional de odontologia de Rondônia é a seguinte:

- a) Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências;
- b) Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, que regulamenta a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964;
- c) Decisão CFO nº 29/1985, de 06 de dezembro de 1985, a qual cria o Conselho Regional de Odontologia de Rondônia;
- d) Resolução CFO nº 63/2005, de 08 de abril de 2005, que aprova a consolidação das normas para procedimento nos conselhos de odontologia;

3.3 Breve histórico da entidade

Em 1965 foi instalado o Conselho Federal de Odontologia e, em 1966, os primeiros conselhos regionais: Guanabara, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais e Distrito Federal. Ficando a fiscalização no Estado de Rondônia a cargo do Conselho Regional de Odontologia

do Amazonas.

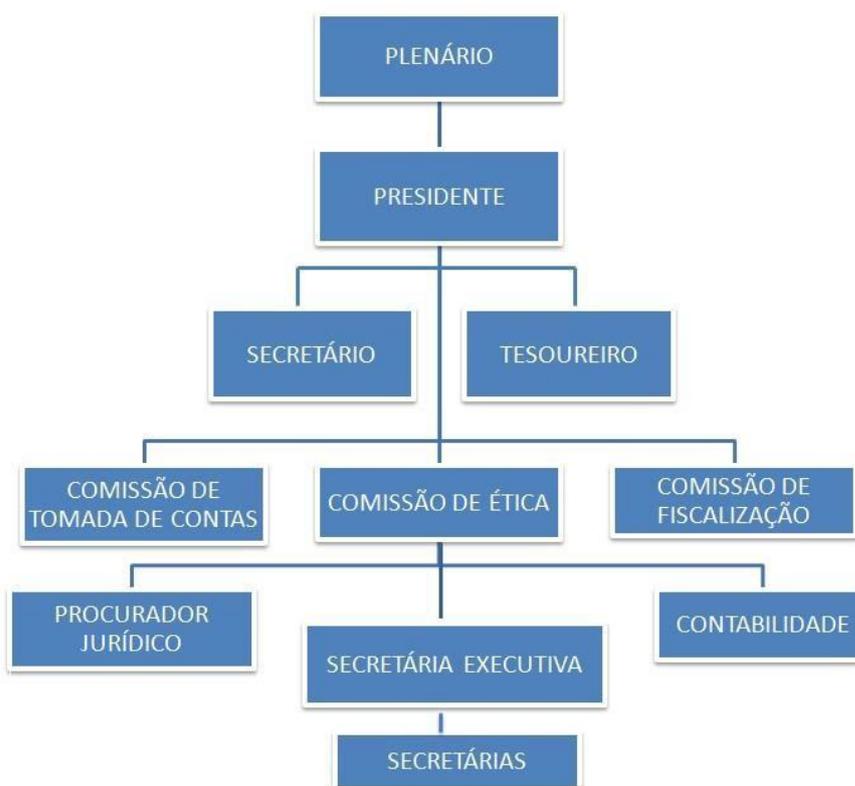
O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia foi criado em 1º de janeiro de 1986, com sua jurisdição abrangendo os Estados de Rondônia e do Acre. A sede do CRO-RO fixou-se em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, sendo instalada uma delegacia seccional em Rio Branco - AC.

No ano de 1989 ocorreu a criação Conselho Regional de Odontologia do Acre, ficando desmembrado, e o CRO-RO passou a ter jurisdição somente sobre o estado de Rondônia.

O CRO-RO é a unidade Regional através da qual a Autarquia, no estado de Rondônia, responde perante o poder público, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público que determinaram a sua criação.

3.2 Organograma

Figura 1 - Organograma Funcional do CRO-RO



Fonte: <http://cro-ro.org.br>

Plenária

Constituído por todos os Conselheiros do CRO-RO, é o órgão máximo de orientação, controle e disciplinamento normativo do Conselho.

Procuradoria jurídica

Coordenar todas as demandas jurídicas pertinentes a entidade

Contabilidade

Coordenar todas as demandas contábeis pertinentes a entidade

Secretária Executiva

Gerenciar as demandas administrativas, contábeis, jurídicas dentre outras pertinentes a entidade

Secretárias

Realizar as atividades de regulação profissional e demandas internas administrativas do conselho

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidente do conselho	Coordenar e adotar medidas necessárias à realização das atividades e das finalidades da Entidade, bem como sua administração.	Hailton Cavalcante dos Santos	Presidente	01 jan 2016 a 31 dez 2016
Secretário	Realizar o controle das ações administrativas de regulação da odontologia, bem como gerenciar a entidade na ausência do presidente.	Pedro Ivo Santos Silva	Secretário	1 jan 2016 a 16 jul 2016
		Ilso Marcio Gedro Rocha		17 jul 2016 a 31 dez 2016
Tesoureiro	Gerenciar as demandas financeiras da entidade	Ilso Marcio Gedro Rocha	Tesoureiro	1 jan 2016 a 16 jul 2016
		Pedro Ivo Santos Silva		17 jul 2016 a 31 dez 2016
Comissão de Tomada de Contas	Análise e deliberação das movimentações financeiras do conselho	Cristiane Peres Caldas	Presidente de comissão	1 jan 2016 a 16 jul 2016
		Frekcilane Nunes Silva		17 jul 2016 a 31 dez 2016
Fiscalização	Fiscalização do exercício profissional	José Marcelo Vargas Pinto	Presidente de comissão	01 jan 2016 a 31 dez 2016
Regulação	Emissão de carteiras profissionais, certificados de regularidade, inscrição de especialidades etc.	Sebastiana Gil	Secretária executiva	01 jan 2016 a 31 dez 2016
Comissão de Ética	Análise e julgamento de processos éticos	Meyre de Souza Torres	Presidente de comissão	01 jan 2016 a 31 dez 2016

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento organizacional

Fiscalizar o exercício da odontologia, ministrar palestras educacionais e campanhas de valorização da classe, regular o exercício profissional através da emissão de carteiras, certidões, declarações de regularidade, dentre outros. Com a criação do setor financeiro, ocorreu a recuperação de crédito e o levantamento de dívidas passivas.

Para o desempenho de suas atividades o CRO-RO elaborou o Plano Estratégico composto dos seguintes componentes:

Visão

Realizar ações que busquem a regulação do exercício da odontologia, ética e valorização profissional.

Missão

Desenvolver a regulação do exercício com ênfase na ética profissional, atuando junto aos profissionais da área odontológica, órgãos públicos e privados onde se desenvolvam atividades relacionadas à odontologia, a fim de aprimorar os serviços de saúde e proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas.

Valores

Ética, valorização, responsabilidade social e respeito ao meio-ambiente

Análise de ambiente interno

Planejamento das ações da entidade com embasamento em seu regulamento e na Lei que regula as ações dos CRO'S. Tendo atingido suas metas através da fiscalização e regulação da profissão.

Análise de ambiente externo

Fiscalização do exercício da odontologia e campanhas educativas e informativas relacionadas à odontologia.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

Fiscalização ostensiva e preventiva, associada a campanha de conscientização da categoria e da sociedade.

Elaboração da Estratégia Identificação da estratégia atual

Fiscalização, educação continuada e campanha de valorização profissional. E campanhas de conscientização da sociedade da importância

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O CRO-RO projetou como meta para o exercício de 2016, os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Criar um Portal com sistema de registro online;
- b) Identificar e retirar as EPAO's inativas do Sistema de cadastro;
- c) Minimizar a irregularidade quanto às inscrições com prazo de validade vencido;
- d) Regularização de Pessoa Jurídica sem responsabilidade técnica;
- e) Profissionais para obter inscrição remida;
- f) Minimizar infrações ao Código de Ética através de campanha;
- g) Normatizar uso de nome fantasia;
- h) Dinamizar a avaliação de publicidade;
- i) Otimizar o tramite dos processos Éticos.
- j) Intensificar a Fiscalização nas clínicas odontológicas;
- k) Ampliar a fiscalização nas Unidades de Saúde;
- l) Cancelamento de Pessoa Física e Jurídica com débito de 5 (cinco) anos no CRO-RO;
- m) Implementar ferramentas para minimizar inadimplência bem como atender a legislação;
- n) Aperfeiçoar as ferramentas de Transparência no sítio do CRO-RO.

Apesar de se entende que não existem projeto mais importante do que o outro, cada um possui seu grau de relevância dentro da universalização do propósito da Entidade de desempenhar suas atribuições com afino, transparência e responsabilidade. Assim, dos 14

(quatorze) objetivos estratégicos acima citados, a Regional Rondônia buscou inovar as estratégias da cobrança administrativas junto aos profissionais e entidades prestadoras de atividades odontológicas visando diminuir o índice de inadimplência.

4.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os Conselhos de Regionais de Odontologia tem por finalidade regular e supervisionar o exercício da profissão, desenvolver a regulação do exercício profissional assim como fiscalizar todas as atividades relacionadas com a odontologia, buscando proteger a sociedade e aprimorar as ações da odontologia nos serviços de saúde.

Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, criado pela Decisão CFO 29/1985, de 13/12/1985, com base na Lei 4.324 de 14/04/1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências, é uma autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade a supervisão da ética profissional, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, tem sua competência institucional assim definida:

- a) deliberar sobre inscrição e cancelamento, em seus quadros de profissionais registrados na forma da lei;
- b) fiscalizar o exercício da profissão, em harmonia com os órgãos sanitários competentes;
- c) deliberar sobre assuntos atinentes à ética profissional, impondo a seus infratores as devidas penalidades;
- d) organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;
- e) sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;
- f) eleger um delegado-eleitor para a assembleia;
- g) dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais, com recurso suspensivo para o Conselho Federal;
- h) expedir carteiras profissionais;
- i) promover por todos os meios ao seu alcance o perfeito desempenho técnico e moral de odontologia, da profissão e dos que a exerçam;
- j) publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- k) exercer os atos de jurisdição que por lei lhes sejam cometidos;
- l) designar um representante em cada município de sua jurisdição;
- m) submeter à aprovação do Conselho Federal o orçamento e as contas anuais.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

/Objetivo 1 - Criar um Portal com sistema de registro online: Buscou proporcionar mais uma opção de registro profissional via online, com intuito de promover a acessibilidade aos serviços oferecidos pelo CRO-RO, para facilitar principalmente aos profissionais do interior, para não terem que se deslocar até a Sede na Capital ou Delegacia Regional de Cacoal para obter o registro

Resultado: O portal só foi disponibilizado em março de 2017, até a presente data apenas 2 registros de inscrição online.

Objetivo 2- Identificar e retirar as EPAO's inativas do Sistema de cadastro: Devido a necessidade de sanear problemas referente as pendências no cadastro das EPAO's (Entidade Prestadora de Assistência Odontológica) junto a Regional, tais como, com endereços inválidos ou sem Responsável Técnico (RT), este objetivo buscou reduzir a dívida ativa, uma vez que a permanência destas EPAO's gera anuidades que não são pagas.

Resultado: Após um mapeamento através do sistema de cadastro, o qual permitiu localizar quais eram as inscrições inativas do estado de RO, foi realizado contato via telefone, informando do débito e perguntando da situação da entidade. Em relação às EPAO's com endereços inválidos foram sanados 100%. Já as EPAO's sem o Responsável Técnico de 208 Entidades, apenas 5 permanecem sem o RT.

Objetivo 3 - Minimizar a irregularidade quanto às inscrições com prazo de validade vencido: Conforme estabelecido pela Resolução do CFO-63/2005 (Consolidação das Normas), com intuito de regularizar os profissionais com inscrição provisória desativada por motivo de caducidade (validade: 02 anos), o CRO-RO após minucioso levantamento no Sistema Cadastral do Conselho Federal de Odontologia, informa através de notificação via endereço, contato telefônico e por mídias sociais, que foi constatado que tais profissionais estão com a inscrição cancelada, ficando assim, diante das normas que regem o exercício da profissão, irregular em sua atuação no Estado, pela falta de inscrição e regularidade com seu

Conselho de Classe, onde é estabelecido o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, ao contar da data de recebimento, para providenciar regularização junto aos Conselhos Regionais de Odontologia, ou seja, realizar inscrição principal.

Resultado: Em 2016, de 65 profissionais caducados (com inscrições vencidas), 31 deram entrada com sua Inscrição Principal (Entrega de Diploma) tornando assim regularizados junto ao CRO-RO. Os demais permanecem com a inscrição cancelada e irregular para atuação no Estado.

Objetivo 4 - Regularização de Pessoa Jurídica sem responsabilidade técnica: Afim de verificar a existências de possíveis entidades prestadoras de atividade odontológica com a ausência de um responsável técnico, o qual é obrigatório, buscou-se realiza um mapeamento dessas entidades.

Resultados: Foram encontradas 208 entidades sem responsável técnico, sendo que atualmente apenas 5 permanecem irregulares.

Objetivo 5- Profissionais para obter inscrição remida: Este item procurou fazer um levantamento dos profissionais que completaram 70(setenta) anos de idade, e que nunca sofreram penalidade por infração ética, e concede-los a remissão em cumprimento a Consolidação das Normas capítulo III, seção VI, art. 140, ficando assim liberados do pagamento da anuidade do exercício em que a mesma foi concedida.

Resultado: Em 2016 cerca de 6 profissionais adquiriram a remissão ficando dispensado do recolhimento da anuidade, onde receberam o certificado pela remissão expedido pelo CRO.

Objetivo 6- Minimizar infrações ao Código de Ética através de campanha:Procurou reduzir o número de infrações éticas através de campanhas educativas.

Resultado: Houve duas palestras educativas, além de campanha nas redes sociais e e-mails para orientação de procedimentos quanto a propaganda, documentação necessária para o exercício profissional, atribuições e deveres dos profissionais.

Objetivo 7- Normatizar uso de nome fantasia: Uma vez que a Consolidação das Normas 63/2005 e o Código de Ética Odontológica de 2012 não regulamenta a utilização do nome fantasia, este item procurou normatiza-lo com o intuito de reduzir a quantidade de

infrações éticas.

Resultado: Através da Comissão de Ética ficou decidido deixar os profissionais informar nome fantasia, juntamente com a descrição "Consultório Odontológico", diminuindo assim, ações e infrações éticas no Estado.

Objetivo 8- Dinamizar a avaliação de publicidade: Procurou-se neste item conscientizar os cirurgiões dentistas no que tange à publicação de propagandas em suas áreas de atuação, de modo atentarem aos preceitos do Código de Ética Odontológica, pois de forma geral, todos os profissionais da classe odontológica são vedados a realizar propaganda e publicidade irregular.

Resultado: Diversos cirurgiões dentistas se preocuparam em não realizar propaganda sem antes entrar em contato com o setor de ética para que sejam avaliadas suas propagandas e publicidades, de modo que diminua as infrações éticas.

Objetivo 9- Otimizar o tramite dos processos Éticos: Este objetivo teve o intuito de dar celeridade aos tramites dos processos éticos.

Resultados: As reuniões da comissão de ética ocorriam apenas uma vez por mês. Visando dar celeridade as audiências e demais processos passaram a ocorrer quinzenalmente.

Objetivo 10- Intensificar a Fiscalização nas clínicas odontológicas: Através desse item buscou-se zelar pelas boas práticas no exercício da odontologia no âmbito público e privado

Resultados: Foi realizada 47 fiscalizações em diversos municípios do estado em clínicas e consultórios odontológicos de âmbito público e privado a fim de zelar pelas boas práticas do exercício profissional tendo como resultados notificações e denúncias ao Ministério Público, Vigilância Sanitária, e demais órgãos de fiscalização.

Objetivo 11- Ampliar a fiscalização em Unidade de Saúde: Com intuito de reduzir as diferenças no atendimento ofertado à população e ainda, propor melhoria na estrutura proporcionando qualidade no ambiente de trabalho aos profissionais, e principalmente, ao atendimento realizado UBS, objetivou-se combater as irregularidades e disparidades existentes entre unidades dos municípios com características semelhantes.

Resultado: Foram fiscalizados diversos municípios onde a instituição realizou um trabalho de orientação aos gestores quanto ao processo de trabalho, além de notificações e

encaminhamentos ao Ministério Público, Vigilância Sanitária, e demais órgãos de fiscalização.

Objetivo 12 - Cancelamento de Pessoa Física e Jurídica com débito de 5 (cinco) anos no CRO-RO: Com base no dispositivo legal imposto pelo capítulo IV, art. 157 alínea f da Consolidação das Normas, pretendeu-se cancelar as inscrições de Pessoa física e Jurídica com débito de 5 (cinco) anos no CRO-RO, posto que a não quitação dos débitos para com a Autarquia, por período de 5 (cinco) anos, esgotadas todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, o Conselho Regional deverá ser cancelada a inscrição do devedor, mediante processo específico, "*ad referendum*" do Conselho Federal, desde que o inadimplente não tenha sido localizado.

Com a execução seria cancelado a inscrição, porém a dívida continuaria apenas até a data de cancelamento, o que não aumentaria o índice de inadimplência no Regional e influenciaria na posição no Ranking Nacional de Cobranças do sistema CFO x CROs.

Resultado: No Ranking Nacional de Cobranças o CRO-RO obteve a 10ª posição e obteve o índice de 63% de quitação do débito.

Objetivo 13-Implementar ferramentas para minimizar inadimplência bem como atender a legislação: É o ato pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos de crédito ou outros documentos de dívida (art. 1º da Lei Federal 9.492/1997). O protesto serve também para fixar a data de vencimento, quando não estiver expressa; para interromper o prazo de prescrição; e para fins falimentares.

Resultado: De 62 títulos de cobrança via cartório apontados, 23 profissionais se regularizaram no setor financeiro.

Objetivo 14 -Aperfeiçoar as ferramentas de Transparência no sítio do CRO-RO: Buscou-se estruturar e aperfeiçoar as ferramentas do Portal Transparência no sítio do CRO-RO de acordo com a Lei nº 12.527/2012 que trata do direito constitucional do cidadão ao acesso à informação sobre a gestão administrativa desta Autarquia. O portal visa atender aos artigos 5º e 37º da Constituição Federal, estabelecendo que qualquer entidade pública tenha suas informações disponibilizadas na internet, com exceção de documentos declarados sigilosos. Foi nomeada a funcionária Jovelina Gabriela Lopes e Silva, como Autoridade da LAI – Lei de Acesso à Informação, instituída pela Portaria CRO-RO 074/2016.

Resultado: Disponibilizado o Portal Transparência cumprindo de forma adequada a Lei nº 12.527/2012 com as informações que devem ser de conhecimento de toda a sociedade.

4.3 Desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário segue o planejamento da proposta orçamentária. Tendo a entidade cumprido com suas funções de fiscalizar e regular com apoio financeiro do CFO.

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

Quadro 4.3.1 - Execução física e financeira

Conta	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual						
6.2.1.1-RECEITA A REALIZAR	1.413.761,00	1.552.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413.761,00	1.552.998,00
6.2.1.1.1-RECEITA CORRENTE	1.413.761,00	1.552.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413.761,00	1.552.998,00
6.2.1.1.1.02-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	915.000,00	992.237,00	0,00	0,00	0,00	0,00	915.000,00	992.237,00
6.2.1.1.1.02.01-ANUIDADES	915.000,00	992.237,00	0,00	0,00	0,00	0,00	915.000,00	992.237,00
6.2.1.1.1.02.01.01-Pessoa Física	834.000,00	889.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	834.000,00	889.964,00
6.2.1.1.1.02.01.02-Pessoa Jurídica	81.000,00	102.273,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.000,00	102.273,00
6.2.1.1.1.05-RECEITA DE SERVIÇOS	75.761,00	75.761,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.761,00	75.761,00
6.2.1.1.1.05.01-EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.500,00	35.500,00
6.2.1.1.1.05.01.01-Pessoa Física	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
6.2.1.1.1.05.01.02-Pessoa Jurídica	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00
6.2.1.1.1.05.02-EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	10.700,00
6.2.1.1.1.05.02.01-Pessoa Física	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	10.700,00
6.2.1.1.1.05.03-EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
6.2.1.1.1.05.03.01-Pessoa Física	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
6.2.1.1.1.05.04-RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	26.061,00	26.061,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.061,00	26.061,00
6.2.1.1.1.05.04.05-Taxa de 1º Via de Certificado - Pessoa Jurídica	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	1.800,00
6.2.1.1.1.05.04.07-Multa Eleitoral	7.800,00	7.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00	7.800,00
6.2.1.1.1.05.04.11-Taxa de Registro/Inscrição de Habilitação	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00
6.2.1.1.1.05.04.12-Outras Receitas de Serviços	16.261,00	16.261,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.261,00	16.261,00
6.2.1.1.1.07-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	120.000,00
6.2.1.1.1.07.01-TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	58.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	120.000,00
6.2.1.1.1.07.01.01-Contrib ou Auxílios para Desenv das Ativ da Fisc	58.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	120.000,00

6.2.1.1.1.09-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	365.000,00	365.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.000,00	365.000,00
6.2.1.1.1.09.01-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	365.000,00	365.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.000,00	365.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01-DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	365.000,00	365.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.000,00	365.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01.001-Anuidades	256.000,00	256.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	256.000,00	256.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01.002-Multas	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01.003-Juros	103.000,00	103.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.000,00	103.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01.004-Correção monetária sobre dívida administrativa	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
6.2.2.1-DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.413.761,00	1.552.998,00	71.000,00	167.100,00	71.000,00	167.100,00	1.413.761,00	1.552.998,00
6.2.2.1.1-CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.413.761,00	1.552.998,00	71.000,00	167.100,00	71.000,00	167.100,00	1.413.761,00	1.552.998,00
6.2.2.1.1.01-CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	1.373.761,00	1.442.985,00	66.000,00	167.100,00	66.000,00	167.100,00	1.373.761,00	1.442.985,00
6.2.2.1.1.01.01-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	308.886,00	345.910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308.886,00	345.910,00
6.2.2.1.1.01.01.01-REMUNERAÇÃO PESSOAL	240.000,00	256.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	256.800,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001-Salários	198.000,00	211.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.000,00	211.860,00
6.2.2.1.1.01.01.01.002-Gratificação de Natal 13º Salário	18.000,00	19.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	19.260,00
6.2.2.1.1.01.01.01.003-Férias 1/3 (CF/88)	24.000,00	25.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	25.680,00
6.2.2.1.1.01.01.02-ENCARGOS PATRONAIS	68.886,00	89.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.886,00	89.110,00
6.2.2.1.1.01.01.02.001-INSS	50.886,00	65.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.886,00	65.998,00
6.2.2.1.1.01.01.02.002-FGTS	15.840,00	20.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.840,00	20.544,00
6.2.2.1.1.01.01.02.003-PIS Sobre Folha de Pagamento	2.160,00	2.568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.160,00	2.568,00
6.2.2.1.1.01.04-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	735.175,00	735.375,00	56.000,00	161.800,00	56.000,00	166.800,00	735.175,00	730.375,00
6.2.2.1.1.01.04.01-BENEFÍCIOS A PESSOAL	60.500,00	60.500,00	0,00	10.500,00	0,00	500,00	60.500,00	70.500,00
6.2.2.1.1.01.04.01.001-Vale Transporte	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	500,00	3.600,00	3.100,00
6.2.2.1.1.01.04.01.002-Plano de Saúde	14.400,00	14.400,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	14.400,00	18.400,00
6.2.2.1.1.01.04.01.003-Plano Odontológico	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	6.500,00
6.2.2.1.1.01.04.01.004-Auxílio Alimentação	36.000,00	36.000,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	36.000,00	42.500,00
6.2.2.1.1.01.04.03-OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	23.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	23.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.001-Indenizações Trabalhistas	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	15.000,00	1.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.002-Multa do FGTS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	6.000,00	2.000,00

6.2.2.1.1.01.04.03.001.003-Multas Rescisórias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04-USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	624.675,00	624.875,00	56.000,00	151.300,00	55.000,00	148.300,00	625.675,00	627.875,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001-DIÁRIA CIVIL	220.000,00	220.000,00	50.000,00	108.000,00	50.000,00	98.000,00	220.000,00	230.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.001-Funcionários	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	10.000,00	3.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.002-Conselheiros	90.000,00	100.000,00	50.000,00	108.000,00	0,00	0,00	140.000,00	208.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.003-Convidados	110.000,00	100.000,00	0,00	0,00	50.000,00	81.000,00	60.000,00	19.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.004-Ajudas de Custo	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002-MATERIAL DE CONSUMO	81.000,00	81.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	8.000,00	81.000,00	73.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.001-Artigos de Expediente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.002-Artigos e Materiais para Higiene	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.003-Materiais para Manutenção de Bens Móveis	2.000,00	2.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.004-Materiais para Acondicionamento e Embalagem	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.005-Combustíveis e Lubrificantes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.006-Gêneros de Alimentação	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	9.000,00	3.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.007-Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	10.000,00	15.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.008-Vestuário, Uniformes, Calçados, Roupas de Cama e Aviamentos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.010-Materiais Elétricos e de Telefonia	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.012-Materiais de Informática	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.016-Prêmios, Condecoração, Troféus, Diplomas e Medalhas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.099-Outros Materiais De Consumo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003-SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	6.375,00	6.375,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	6.375,00	1.375,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001-REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	6.375,00	6.375,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	6.375,00	1.375,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001.001-Remuneração de Serviços Pessoais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001.002-Encargos sobre Serviços Prestados	1.375,00	1.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.375,00	1.375,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004-SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	317.300,00	317.500,00	1.000,00	43.300,00	0,00	37.300,00	318.300,00	323.500,00

6.2.2.1.1.01.04.04.004.001-Assinatura de Jornais e Periódicos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	2.000,00	200,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.002-Serviços de Energia Elétrica e Gás	15.000,00	15.000,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	15.000,00	18.300,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.003-Serviços de Asseio e Higiene	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.004-Serviços de Internet e Telefonia em Geral	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	30.000,00	28.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.005-Fretes e Carretos	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	1.500,00	100,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.006-Locação de Bens Imóveis e Condomínios	9.900,00	9.900,00	1.000,00	1.400,00	0,00	0,00	10.900,00	11.300,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.008-Reparos, Adaptações e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.009-Seguros em Geral	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.010-Serviços de Divulgação, Impressão, Encadernação e Fotocópias	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	20.000,00	13.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.011-Congressos, Convenções, Conferências e Simpósios	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.012-Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	10.800,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.800,00	30.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.013-Despesas com Software	5.000,00	5.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	5.000,00	9.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.014-Serviços de Medicina do Trabalho	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.016-Festividades, Recepções e Hospedagens	15.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	3.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.018-Cursos e Treinamentos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.019-Serviço de Assessoria Contábil	21.000,00	21.000,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	21.000,00	22.600,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.020-Serviço de Assessoria Jurídica	66.000,00	66.000,00	0,00	29.500,00	0,00	0,00	66.000,00	95.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.021-Serviço de Assessoria e Consultoria de Comunicação	25.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	25.000,00	7.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.022-Serviços de Informática	4.800,00	4.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.023-Serviços de Segurança Predial e Preventiva	4.800,00	4.800,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	4.800,00	6.300,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.024-Postagem de Correspondência de Cobrança	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	10.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.025-Postagem de Correspondência Institucional	15.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	25.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.028-Despesas com Eleições	1.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	4.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.029-Despesas Judiciais	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00

6.2.2.1.1.01.04.04.004.099-Outros Serviços e Encargos	5.000,00	5.000,00	0,00	2.000,00	0,00	3.100,00	5.000,00	3.900,00
6.2.2.1.1.01.04.05-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	26.000,00	27.000,00
6.2.2.1.1.01.04.05.001-Passagens Aéreas, Terrestres	25.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	21.000,00
6.2.2.1.1.01.04.05.002-Locação de Veículos (taxi-van)	1.000,00	5.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.05.003-Outras Despesas Com Locomoção	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
6.2.2.1.1.01.05-CONTRIBUIÇÕES	320.000,00	340.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	310.000,00	340.000,00
6.2.2.1.1.01.05.01-Cota Parte do CFO	320.000,00	340.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	310.000,00	340.000,00
6.2.2.1.1.01.07-SERVIÇOS BANCÁRIOS	8.000,00	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	300,00	18.000,00	19.700,00
6.2.2.1.1.01.07.01-Taxa Sobre Serviços Bancários	8.000,00	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	300,00	18.000,00	19.700,00
6.2.2.1.1.01.09-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	1.700,00	1.700,00	0,00	5.300,00	0,00	0,00	1.700,00	7.000,00
6.2.2.1.1.01.09.03-Impostos Taxas e Pedágios	1.700,00	1.700,00	0,00	5.300,00	0,00	0,00	1.700,00	7.000,00
6.2.2.1.1.02-CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	40.000,00	110.013,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	40.000,00	110.013,00
6.2.2.1.1.02.01-INVESTIMENTOS	40.000,00	110.013,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	40.000,00	110.013,00
6.2.2.1.1.02.01.01-OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00	75.013,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	75.013,00
6.2.2.1.1.02.01.01.001-Obras e Instalações	15.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	25.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01.002-Infraestrutura e Reforma	0,00	50.013,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.013,00
6.2.2.1.1.02.01.03-EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	25.000,00	35.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	25.000,00	35.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03.002-Máquinas Motores e Aparelhos	15.000,00	25.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	10.000,00	25.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03.004-Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	10.000,00	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	10.000,00

Fonte: CRO-RO

4.3.2 Execução descentralizada com transferência de recursos.

Os repasses de Cota-Parte devido ao Conselho Federal de Odontologia foram na proporção de 33,33%, perfazendo um montante no exercício de 2016 de R\$ 318.422,17 (Trezentos e dezoito mil quatrocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos), conforme variação patrimonial em anexo e quadro a seguir:

Quadro 4.3.2 - Cota-Parte devido ao Conselho Federal de Odontologia

Beneficiário	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA	Contrato de repasse	Adimplente	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 318.422,17	R\$ 318.422,17

Fonte: CRO-RO

4.3.3 Informações sobre a realização das receitas

Quanto a realização da receita o objetivo é demonstrar a composição de receitas de fontes próprias da unidade, ou seja, aquelas cuja arrecadação tem origem no esforço próprio das unidades, seja pelo fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio, etc. As informações a seguir estão demonstradas no Balanço Orçamentário do CRO-RO do exercício de 2016 conforme estabelecido pelo Anexo 12 a Lei Federal nº 4.320/64.

Quadro 4.1- Receitas Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receita corrente	1.552.998,00	1.552.998,00	1.228.257,80	-324.740,20
Receitas de contribuições	992.237,00	992.237,00	806.931,02	-185.305,98
Anuidades	992.237,00	992.237,00	806.931,02	-185.305,98
Receitas de serviços	75.761,00	75.761,00	142.069,20	66.308,20
Emolumentos com inscrições	35.500,00	35.500,00	57.767,21	22.267,21
Emolumentos com expedições de carteiros	10.700,00	10.700,00	9.168,44	-1.531,56
Emolumentos com expedições de certidões	3.500,00	3.500,00	3.849,35	349,35
Receitas diversas de serviços	26.061,00	26.061,00	71.284,20	45.223,20
Financeiras	0,00	0,00	16.345,59	16.345,59
Juros de mora sobre anuidades	0,00	0,00	12.473,04	12.473,04
Atualização monetária	0,00	0,00	3.872,55	3.872,55
Remuneração de dep. Banc. E aplicações financeiras	0,00	0,00	3.872,55	3.872,55
Transferências correntes	120.000,00	120.000,00	80.089,46	-39.910,54
Transferências intragovernamentais	120.000,00	120.000,00	80.089,46	-39.910,54
Outras receitas correntes	0,00	0,00	3.109,01	3.109,01
Receitas não identificadas	0,00	0,00	3.109,01	3.109,01
Multas e juros de mora	0,00	0,00	3.109,01	3.109,01
Receita da dívida ativa	365.000,00	365.000,00	179.713,52	-185.286,48
Receita da dívida ativa tributária	365.000,00	365.000,00	163.680,87	-201.319,13
Dívida ativa fase administrativa	365.000,00	365.000,00	163.680,87	-201.319,13
Receitas diversas	0,00	0,00	16.032,65	16.032,65
Recursos arrecadados em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total das receitas	1.552.998,00	1.552.998,00	1.228.257,80	-324.740,20
Déficit	0,00	0,00	28.582,35	28.582,35
TOTAL	1.552.998,00	1.552.998,00	1.256.840,15	-296.157,85

Fonte: Balanço Orçamentário – exercício 2016 - CRO/RO

Extraí-se do demonstrativo retro que as principais fontes próprias de receita no exercício de 2016 foram a conta Anuidades no valor de R\$ 806.931,02 (oitocentos e seis mil, novecentos e trinta e um reais e dois centavos), a conta Receita da Dívida Ativa Tributária na monta de R\$ 163.680,87 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos) salientando-se por oportuno que esta conta arrecadou 44,84% do previsto, e a conta Receita de Serviços no montante de R\$ 142.069,20 (cento e quarenta e dois mil, sessenta e nove reais e vinte centavos).

Observa-se também que houve Déficit de Arrecadação no valor de R\$ 269.157,85 (duzentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), posto que a Execução da Receita (R\$ 1.256.840,15) foi de 80,93% comparada com a Previsão da Receita (R\$ 1.552.998,00).

4.3.4 Informações sobre a realização das despesas

No que tange a Execução da Despesa, esta tem por objetivo demonstrar a consolidação da realização da despesa pelo Conselho Regional de Odontologia de Rondônia

no exercício de 2016. Os dados abaixo apresentados também constam no Balanço Orçamentário do CRO-RO do exercício de 2016 conforme estabelecido pelo Anexo 12 a Lei Federal nº 4.320/64.

Quadro 4.2 - Despesas Orçamentárias

despesas orçamentárias	dotação inicial	dotação atualizada	despesas empenhadas	despesas liquidadas	despesas pagas	saldo de dotação
Crédito disponível despesas corrente	1.442.985,00	1.442.985,00	1.247.577,43	1.247.577,43	1.247.577,43	195.407,57
Pessoal encargos sociais	345.910,00	345.910,00	319.899,46	319.899,46	319.899,46	26.010,54
Remuneração pessoal	256.800,00	256.800,00	241.031,71	241.031,71	241.031,71	15.768,29
Encargos patronais	89.110,00	89.110,00	78.867,75	78.867,75	78.867,75	10.242,25
Outras despesas correntes	735.375,00	730.375,00	599.150,86	599.150,86	599.150,86	131.224,14
Benefícios pessoal	60.500,00	70.500,00	63.765,74	63.765,74	63.765,74	6.734,26
Outras vlr patrim. Diminut. P. ssoal encargos	23.000,00	5.000,00	1.975,65	1.975,65	1.975,65	3.024,35
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	624.875,00	627.875,00	516.154,65	516.154,65	516.154,65	111.720,35
Passagens e despesas com locomoção	27.000,00	27.000,00	17.254,82	17.254,82	17.254,82	9.745,18
Contribuições	340.000,00	340.000,00	318.422,17	318.422,17	318.422,17	21.577,83
Serviços bancários	20.000,00	19.700,00	7.777,25	7.777,25	7.777,25	11.922,75
Obrigações tributárias contributivas	1.700,00	7.000,00	2.327,69	2.327,69	2.327,69	4.672,31
Crédito disponível despesas de capital	110.013,00	110.013,00	9.262,72	9.262,72	9.262,72	100.750,28
Investimentos	110.013,00	110.013,00	9.262,72	9.262,72	9.262,72	100.750,28
Obras e instalações	75.013,00	75.013,00	0,00	0,00	0,00	75.013,00
Equipamentos e materiais permanentes	35.000,00	35.000,00	9.262,72	9.262,72	9.262,72	25.737,28
Sub-total das despesas	1.552.998,00	1.552.998,00	1.256.840,15	1.256.840,15	1.256.840,15	296.157,85
Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.552.998,00	1.552.998,00	1.256.840,15	1.256.840,15	1.256.840,15	296.157,85

Fonte: Balanço Orçamentário – exercício 2016 - CRO/RO

Extrai-se do demonstrativo retro que a Despesa Fixada perf fez o montante de R\$ R\$1.552.998,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e oito reais) e o valor de sua Execução alcançou R\$1.256.840,15 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta reais e quinze centavos) resultando numa economia na realização da despesa. Contudo, se comparada a Execução da Receita (R\$1.256.840,15) observa-se que houve um Equilíbrio Orçamentário.

Da despesa efetivamente realizada no montante de R\$1.256.840,15 (um milhão,

duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta reais e quinze centavos) nota-se que o dispêndio corresponde a conta Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no valor de R\$516.154,65 (quinhentos e dezesseis mil, cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), seguido da conta Encargos Sociais no valor de R\$319.899,46 (trezentos e dezenove mil, oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos), e da conta Contribuições na monta de R\$318.422,17 (trezentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e dois mil e dezessete centavos).

4.4 Desempenho operacional

Após seguir o planejamento estratégico das ações, esta entidade alcançou seus objetivos institucionais.

A) – Macro objetivo, Objetivo, ou Meta: Regular e fiscalizar o exercício da profissão no âmbito público e privado em defesa da sociedade.

Ação: Cronograma de fiscalização e rotinas de recuperação de crédito.

Descrição do Resultado: Fiscalização: cronograma de fiscalização preventiva e ostensiva a fim de inibir o exercício ilegal da profissão, zelar pelas boas práticas na odontologia e atualização cadastral dos profissionais inscritos.

Recuperação de créditos: através de notificações extrajudiciais, execuções fiscais, execuções em cartório de protestos, mapeamento de EPAO's inativa, busca por profissionais com inscrições provisórias vencidas, campanhas de esclarecimento aos profissionais da importância de estarem regular com a entidade.

Ações que visam buscar a valorização profissional junto a sociedade. Publicar artigos e notícias de interesse da classe odontológica e da comunidade. Esclarecendo e conscientizando a sociedade do papel da odontologia na prevenção e tratamento das diversas morbidades do processo saúde doença.

Setor Responsável: Comissão de fiscalização, diretoria do CRO-RO, comissão de ética e setor financeiro.

Valor Planejado: R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Valor Executado: R\$ 227.060,00 (duzentos e vinte e sete mil, e sessenta reais)

Informações Adicionais: Em função de diversas denúncias em cidades do interior do estado foram necessárias um maior número de viagens de fiscalização

Disfunção estrutural ou situacional (fraqueza): Dificuldade de atingir todos os

municípios do estado devido às condições das estradas, dimensões territoriais e restrição orçamentária.

Fatores contributivos (força): Apoio do CFO, da ABO, da OAB, Governo do Estado de Rondônia e das Prefeituras Municipais.

Representatividade: Através da Delegacia de Cacoal e dos representantes do Conselho nas demais cidades do estado ocorreram notificações, orientações e outros encaminhamentos na busca da regularização dos profissionais além de inibir o exercício ilegal da profissão.

Tempestividade (duração da ação): Ações foram executadas durante o ano de 2016.

B) – Macro objetivo, Objetivo, ou Meta: Realizar campanha de orientação e educação continuada.

Ação: Através de ciclo de palestras, matérias disponibilizadas no Site do CRO-RO e vinculadas via e-mail, redes sociais.

Descrição do Resultado: Foram realizados mais de 30 ciclos de palestras ao longo do ano bem como veiculada uma série de matérias de interesse dos profissionais de educação continuada.

Sector Responsável: Secretaria do CRO-RO e assessoria de comunicação.

Valor Planejado: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Valor Executado: R\$ 10.422,28 (dez mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Disfunção estrutural ou situacional (fraqueza): Restrição orçamentárias e dificuldade em atingir 100% dos profissionais.

Fatores contributivos (força): Apoio do CFO, Vigilância Sanitária, Ministério Público, Secretarias de Saúde Municipais, universidades e escolas de aperfeiçoamento profissional (EAP).

Representação: As demandas existentes foram atendidas através do planejamento estratégico.

Tempestividade (duração da ação): A fiscalização foi executada durante todo o ano de 2016.

4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia tem como uma de suas missões

institucionais fiscalizar o exercício da odontologia no âmbito público e privado visando zelar pelas boas práticas no atendimento à população.

As demandas institucionais têm crescido anualmente, não apenas pelo aumento no número de profissionais inscritos, mas também pelo aumento da conscientização da população sobre a atividade fim do conselho divulgado por meio do Site, campanhas educativas e mídias sociais. Com o planejamento estratégico estas demandas foram atendidas.

A) – Macro objetivo, Objetivo, ou Meta: Fiscalização ostensiva e preventiva do exercício profissional

Ação: Cronogramas de Fiscalização e demandas do Ministério Público.

Nome: Fiscalização do exercício profissional

Descrição: Fiscalização do exercício profissional nas clínicas, consultórios, unidade básicas de saúde, centros de especialidades odontológicas, associações, laboratórios de prótese e de empresas que comercializam produtos odontológicos.

TipodeIndicador: Eficácia

Fórmula de Cálculo: Análise comparativa do número de denúncias e o número de fiscalizações 2016

Legenda da Fórmula de Cálculo: Numero de fiscalização / número de denúncias

Meta do Período: Atingir 100% das denúncias e fiscalizar todos os municípios

Período de Realização: De janeiro a dezembro de 2016.

Unidade de medida do indicador: Percentual

Resultado: Parcialmente atingido Fiscalização 47 / Denúncias 55 = 85%

Periodicidade de Atualização: Anual

Análise crítica: Por questões de dificuldade de deslocamento nas estradas do interior do estado e questões orçamentárias não foi possível atingir a totalidade das cidades do estado, ocorreu também dificuldade de localização dos endereços fornecidos nas denúncias.

Apesar de não atingir 100% dos profissionais do estado devido à questões de deslocamento, falta de pessoal para fiscalizar e questões orçamentárias, o resultado atingido atende as expectativas.

B) – Macro objetivo, Objetivo, ou Meta: Valorizar e defender o livre exercício da profissão

Ação: Valorização profissional e conscientização da sociedade da importância da odontologia no processo saúde doença.

Nome: Campanhadevalorizaçãoprofissional

Descrição: Foram realizadas atividades de valorização profissional junto a sociedade através de notícias vinculadas nas redes sociais, palestras, entrevistas na rádio e TV e publicações jornais e revistas. Esclarecendo e conscientizando a sociedade do papel da odontologia na prevenção e tratamento das diversas morbidades do processo saúde doença.

ValorPlanejado: R\$0,00

TipodeIndicador: Efetividade

MetadoPeríodo: Atingir100%dapopulação

PeríododeRealização: De janeiro a dezembro de 2016.

Resultado: Parcialmenteatingido

Periodicidade de Atualização: Anual

Análise crítica: Não foi atingido a totalidade do objetivo em função da dificuldade de divulgação e acesso a toda a população com as informações necessárias para esclarecer a área de atuação e importância da odontologia na saúde.

5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. O sistema de governança de uma organização reflete a maneira como diversos atores organizam-se, interagem e procedem na busca de uma gestão mais eficiente.

5.1 Descrição das estruturas de governança

Integram a estrutura de governança do CRO-RO a diretoria da organização, composta por Presidente, Secretário, Tesoureiro, Presidente de Comissão de Tomada de Contas e Presidente da Comissão de Ética. Além desses possui cinco membros suplentes sendo distribuídos dois destes na Comissão de Tomada de Contas e Três na Comissão de Ética. O Conselho possui ainda um Delegado responsável por uma Delegacia no município de Cacoal (que também desempenha a função de Presidente da Comissão de Ética). Complementando a estrutura de governança o CRO-RO possui 10(dez) representantes distribuídos nos municípios do estado. As competências de cada componente da estrutura de governança estão previstas na Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 e no Regimento Interno do CRO-RO.

5.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia possui em seu regimento eleitoral a previsão de eleições para o mandato de 2 anos. O ano de 2016 foi ano de pleito eleitoral, assim a diretoria durante o exercício foi composta em duas configurações diferentes conforme segue:

Quadro 5.1 – Composição da Diretoria 2014 - 2016

Dirigente	HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS
CPF:	386.436.422-15
Cargo	Presidente
Registro Profissional	706
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 247ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	12/07/2014
Data inicial do mandato	14/07/2014
Data final do mandato	13/07/2016
Dirigente	PEDRO IVO SANTOS SILVA
CPF:	195.276.988-47
Cargo	Secretário
Registro Profissional	2082
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 247ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	12/07/2014
Data inicial do mandato	14/07/2014
Data final do mandato	13/07/2016
Dirigente	ILSO MARCIO GEDRO ROCHA
CPF:	292.931.461-34
Cargo	Tesoureiro
Registro Profissional	499
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 247ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	12/07/2014
Data inicial do mandato	14/07/2014
Data final do mandato	13/07/2016
Dirigente	CHRISTIANE PEREZ CALDAS
CPF:	457.479.382-15
Cargo	Presidente Comissão de Tomada de Contas
Registro Profissional	729
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 247ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	12/07/2014
Data inicial do mandato	14/07/2014
Data final do mandato	13/07/2016
Dirigente	MEIRE DE SOUZA TORRES
CPF:	288.765.708-96
Cargo	Presidente da Comissão de Ética
Registro Profissional	679
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 247ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	12/07/2014
Data inicial do mandato	14/07/2014
Data final do mandato	13/07/2016
Dirigente	JOSÉ MARCELO VARGAS PINTO
CPF:	408.486.123-53
Cargo	Presidente da Comissão de Fiscalização
Registro Profissional	649
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Portaria CRO-RO nº 49, de 7 de abril de 2015
Data do Ato de Designação	07/04/2015
Data inicial do mandato	15/04/2015
Data final do mandato	13/07/2016

Fonte: Ata da 247ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia

Após a eleição da nova diretoria para o biênio 14 de julho de 2016 a 13 de julho de 2018 a composição passou a ser a seguinte:

Quadro 5.2 – Composição da Diretoria 2016 - 2018

Dirigente	HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS
CPF:	386.436.422-15
Cargo	Presidente
Registro Profissional	706
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	ILSO MARCIO GEDRO ROCHA
CPF:	292.931.461-34
Cargo	Secretário
Registro Profissional	499
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	PEDRO IVO SANTOS SILVA
CPF:	195.276.988-47
Cargo	Tesoureiro
Registro Profissional	2082
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	FREKILIANE NUNES SILVA
CPF:	586.370.012-20
Cargo	Presidente Comissão de Tomada de Contas
Registro Profissional	1261
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	MEIRE DE SOUZA TORRES
CPF:	288.765.708-96
Cargo	Presidente da Comissão de Ética
Registro Profissional	679
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	JOSÉ MARCELO VARGAS PINTO
CPF:	408.486.123-53
Cargo	Presidente da Comissão de Fiscalização
Registro Profissional	649
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Portaria CRO-RO nº 55, de 13 de julho de 2016
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	31/12/2016

Fonte: Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia

5.3 Atuação da unidade de auditoria interna

O Conselho Federal de Odontologia é encarregado pela aprovação do orçamento e das contas anuais dos Conselhos Regionais. No ano de 2016 a auditoria foi realizada por meio de contratação de auditoria independente, conforme detalhado no item 5.7 onde foi auditada a gestão do exercício de 2015. Os auditores externos emitem relatório sobre os controles operacionais e registros contábeis, de acordo com as normas técnicas de auditoria do CFC (Conselho Federal de Contabilidade). Os relatórios avaliam a performance financeira e contábil da instituição, além de apresentar eventuais proposições para os anos subsequentes.

O Relatório de Auditoria do exercício de 2015 é apresentado como anexo deste Relatório de Gestão. As contas do exercício de 2016 ainda não sofreram Auditoria por parte do Conselho Federal de Odontologia, e não existe uma programação para sua realização.

No que concerne às ações de fiscalização por meio de auditorias, o CRO-RO possui uma unidade descentralizada, a Delegacia do município de Cacoal, visitada anualmente para corrigir e orientar quanto à dinâmica de rotinas administrativas e contábeis.

Ademais os atos e fatos da gestão do CRO-RO são fiscalizados pela Comissão de Tomada de Contas que possui atribuições definidas no Capítulo VI, Artigo 48 do Regimento Interno disponível no endereço eletrônico <<http://cro-ro.org.br>>.

5.4 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

O Conselho Federal de Odontologia orienta e fiscaliza as ações da entidade. A Comissão de Tomada de Contas complementa as ações de controle e apuração. E no exercício de 2016 não houve necessidade de atuação correcional de processos disciplinares.

5.5 Gestão de riscos e controles internos

As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à Presidência. Exemplos típicos dessas estruturas a auditoria interna, e as comissões.

É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.

Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Há norma e regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores

de responsabilidade da unidade.

5.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

O mandato dos membros do CRO-RO é meramente honorífico, exigida como requisito para eleição a qualidade de cirurgião-dentista devidamente legalizado, de nacionalidade brasileira. A diretoria do CRO-RO é composta pelo presidente, secretário, tesoureiro, presidente da comissão de ética e presidente de tomada de contas.

Quadro 5.3 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Cargo	Dirigente	Tipo de Remuneração	Valor
Presidente	HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS	Não Remunerado	0,00
Secretário	PEDRO IVO SANTOS SILVA		
Tesoureiro	ILSO MARCIO GEDRO ROCHA		
Presidente Comissão de Tomada de Contas	CHRISTIANE PEREZ CALDAS		
Presidente da Comissão de Ética	MEIRE DE SOUZA TORRES		
Presidente da Comissão de Fiscalização	JOSÉ MARCELO VARGAS PINTO		

Fonte: CRO-RO

Quadro 5.4 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Cargo	Dirigente	Tipo de Remuneração	Valor
Presidente	HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS	Não Remunerado	0,00
Secretário	ILSO MARCIO GEDRO ROCHA		
Tesoureiro	PEDRO IVO SANTOS SILVA		
Presidente Comissão de Tomada de Contas	FREKCILIANE NUNES SILVA		
Presidente da Comissão de Ética	MEIRE DE SOUZA TORRES		
Presidente da Comissão de Fiscalização	JOSÉ MARCELO VARGAS PINTO		

Fonte: CRO-RO

5.1 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Conselho Federal de Odontologia é encarregado pela aprovação do orçamento e das contas anuais dos Conselhos Regionais. No ano de 2016 a auditoria foi realizada por meio de contratação de auditoria independente que auditou as contas de 2015.

Quadro 5.5 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	A contratação da auditoria independente é realizada pelo CFO.
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	Loudon Blomquist Auditores Independentes
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Senador Paulo Egídio, 72 - São Paulo – SP
CONTATO	Noel Luiz Ferreira
SERVIÇOS CONTRATADOS	Auditoria independente, com apresentação de comentários e recomendações sobre procedimentos contábeis e de controles internos.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	Conforme Ofício CFO 1168, de 10 de junho de 2016, a auditoria relativa à gestão do exercício de 2015 será procedida por intermédio da empresa Loudon Blomquist Auditores Independentes, no período de 1º a 5 de agosto de 2016.

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

Como autarquia federal o Conselho necessita de colaboradores para desenvolver suas atividades administrativas, contábeis e jurídicas.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho da unidade é demonstrada nos quadros a seguir, os quais apresentam, respectivamente, a lotação e as situações que alteram a força de trabalho da unidade. O Quadro abaixo visa demonstrar a força de trabalho do CRO-RO, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva.

Quadro 6.1 - Lotação autorizada com a efetiva.

Tipologia do cargo	Lotação Autorizada	Lotação efetiva	Ingresso	Egresso
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	8	8	1	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	8	8	1	1

Fonte: CRO-RO

Quadro 6.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	1	7
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1	7

Fonte: CRO-RO

Detalhamento da estrutura da UPC Introdução O CRO-RO não possui servidores em cargos ou funções gratificadas, os cargos da diretoria são honoríficos.

Quadro 6.3 - Distribuição em funções

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	1	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	1	1	0	0

Fonte: CRO-RO

Análise Crítica:

A quantidade de servidores é insuficiente para atender as demandas da entidade. A força de trabalho está distribuída de forma a atender a área meio e a área fim. O CRO-RO não possui servidores em cargos comissionados.

A aposentadoria impacta negativamente a força de trabalho. Havendo a necessidade de contratar novos colaboradores para recompletar a força de trabalho.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas mais comuns são: Férias, afastamento por problemas de saúde.

6.1.1 Demonstrativo das despesas com pessoal

As despesas com pessoal são fundamentais para que se mantenha a rotina administrativa jurídica e contábil da entidade.

Quadro 6.4 - despesas com pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2015	170.666,62	0,00	38.497,67	48.233,51	2.179,94	65.225,70	0,00	0,00	0,00	324.803,44
2016	197.477,83	0,00	43.613,88	63.618,50	1.975,65	55.346,22	0,00	0,00	0,00	362.032,08

Fonte: Balanço financeiro 2015 e 2016

6.1.2 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração. Exemplos típicos dessas estruturas, a auditoria interna, as comissões.

Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados por lei. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.

É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.

É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.

Caso seja identificado riscos relacionados a gestão de pessoal estes são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.

Há normas e regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade, além de controle contábil e administrativo preventivas para prevenir possíveis riscos.

6.1.3 Contratação de mão de obra temporária

A mão de obra do Conselho é composta exclusivamente por mão de obra temporária, por se tratar de se configurar com uma entidade pública de direito privado, o entendimento anterior é de que a contratação deveria seguir as regras da CLT sem a obrigatoriedade de concurso público, porém o entendimento atual exige a realização de Concurso Público, o qual já está em andamento para atender as exigências do MPT.

6.2 Gestão da tecnologia da informação

A gestão da Tecnologia da Informação está baseada no Sistema que interliga o Conselho Federal de Odontologia – CFO com os demais conselhos regionais. O sistema é oferecido na plataforma on-line onde são disponibilizados os dados pessoais, financeiros e éticos de todos os profissionais inscritos. A gestão do sistema é realizada pelo CFO cabendo ao CRO-RO alimentar com os dados regionais e utilizar a base de dados para consultas rotineiras.

O CFO também disponibiliza um sistema que faz o cadastramento dos cursos de pós-graduação de faculdades, entidades e unidades avançadas. Cabendo ao CRO-RO a transmissão

dos dados fornecidos por estas instituições de ensino.

O Conselho não possui mão de obra especializada em tecnologia da informação. Porém possui contrato de suporte técnico terceirizado para suprir as necessidades de TI.

6.2.1 Sistemas

O sistema CFO/CRO é interligado, sendo o CFO responsável pela manutenção, alimentação e suporte das informações.

O CRO-RO possui assinatura dos sistemas SISCONT e SISPAT. O primeiro gerencia as atividades contábeis e o segundo auxilia na gestão patrimonial.

7 -RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de acesso do cidadão

O Conselho Regional de Odontologia do estado de Rondônia disponibiliza portal da transparência, portal de pesquisa profissional, portal de denúncia, telefones, e-mails, mídias sociais, e canal de notícias disponibilizadas no site, que permitem ao cidadão total acesso a informação.

Durante o exercício de 2016 o CRO-RO recebeu, por meio dos diversos canais disponíveis, solicitações, reclamações, denúncias, sugestões sempre buscando o melhor atendimento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados para melhorar a gestão.

O site do CRO-RO foi totalmente reestruturado decorrente das informações disponibilizadas nos canais de acesso ao cidadão visando o melhor acesso às informações por parte da sociedade.

7.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não foi realizada pesquisa de satisfação.

7.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O CRO-RO publica os atos de gestão considerados relevantes aos profissionais, usuários, demais cidadãos e pessoas jurídicas que necessitem de informações desta Entidade com objetivo de oferecer maior transparência à gestão. As informações podem ser acessadas na página do CRO-RO na internet por meio do endereço www.cro-ro.org.br.

Estão disponíveis informações acerca da transparência institucional e gestão, das ações de fiscalização e controle, dos relatórios institucionais (atividades, gestão, gestão fiscal etc.), balanço patrimonial e balanço orçamentário entre outras informações.

7.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia procura se adequar a aplicabilidade da lei nº 10.098/2000 ao Decreto nº 5.296/2004 e normas técnicas da ABNT aplicáveis. O imóvel ocupado pelo CRO-RO encontra-se no térreo, ao nível da rua, com rampa de acesso

emborrachada e instalações adequadas à lei. A calçada possui piso tátil para deficientes visuais. O atendimento ao público também pode ser realizado por telefone e site na internet.

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Desempenho financeiro e informações contábeis

As informações financeiras e orçamentárias abrangem programas e ações desenvolvidos no exercício, em consonância com a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia (Aprovada pela Resolução CFO-6363/2005), contemplando, entre outros, os demonstrativos da execução do orçamento fiscal destinado ao CRO-RO, com realce para os principais aspectos e contas que compõem os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais e a Composição das Disponibilidades Financeiras.

No exercício de 2016 o Conselho Regional de Odontologia de Rondônia apresentou dificuldades financeiras para o cumprimento de suas obrigações necessitando de aporte financeiro do Conselho federal de Odontologia.

8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os procedimentos contábeis do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia são realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9, observando-se ainda as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional.

Todos os bens patrimoniais encontram-se registrados em sistema informatizado. A depreciação dos bens móveis, de acordo com sistema de gestão patrimônio (SISPAT), tomando as devidas orientações conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e NBC T 16.9 (NBC TSP – do Setor Público).

A depreciação dos bens é realizada pelo método das cotas constantes, tendo como metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo conforme as taxas aceitáveis pela Receita Federal do Brasil conforme informações apresentadas no Quadro 8.1 abaixo:

Quadro 8.1 – Vida útil e taxa de depreciação de ativos

Bens Móveis		Vida Útil	Taxa
i.	Veículos	5 anos	20%
ii.	Máquinas Motores e Aparelhos.....	10 anos	10%
iii.	Mobiliário em Geral.....	10 anos	10%
iv.	Computadores e Periféricos	5 anos	20%

Fonte: Notas explicativas das demonstrações contábeis

Os bens registrados no ativo imobilizado não foram reavaliados no exercício de 2016, conforme previsto na NBC T SP 16.10 por não possuir orçamento destinado a esta atividade.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício representa 5,58%.

8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O CRO-RO não possui estabelecida sistemática de apuração de custos.

8.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis foram organizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

De acordo com a Lei nº 4.320/1.964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

As demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes informações, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial. As demonstrações contábeis estão inseridas como anexo ao relatório de gestão. Conforme quadro 8.2 a seguir:

Quadro 8.2 – Demonstrações contábeis

Demonstração Contábil	Descrição
Balanco Financeiro	O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte
Balanco Orçamentário	O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
Balanco Patrimonial	O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação,
Demonstrativo do Fluxos de Caixa	A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.
Demonstrativo das Variações Patrimoniais	A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício
Notas explicativas	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Contêm informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Fonte: Manual de contabilidade aplicada ao setor público

9-CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício financeiro de 2016 o conselho regional de odontologia de Rondônia não recebeu recomendações do TCU.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Durante o ano de 2016 o CFO realizou auditoria interna relativa à gestão de 2015. Conforme Ofício CFO 1168, procedida por intermédio da empresa Loudon Blomquist Auditores Independentes, no período de 1º a 5 de agosto de 2016.

Por meio do Ofício CFO 26 (anexo), de 2 de janeiro de 2017, foi encaminhado a este conselho o relatório de auditoria com recomendações a serem implementadas. Visando o atendimento destas recomendações o CRO-RO expediu o Ofício nº 005/2017 (anexo), de 10 de janeiro de 2017, com as medidas e ponderações acerca do relatório.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve indícios de danos ao erário no exercício de 2016.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 Outras informações relevantes

A autarquia organizou os setores contábil, jurídico e administrativo, na busca de desenvolver suas ações institucionais dentro das diretrizes que regem estes setores. Além disso fortaleceu o setor financeiro para em conjunto com os demais setores cumprir suas finalidades e aperfeiçoar a gestão, assessorando a diretoria nas suas ações.

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ASSINATURAS

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS
Presidente

ILSO MARCIO GEDRO ROCHA
Secretário

FREKCILIANE NUNES SILVA
Presidente Comissão de Tomada de Contas

PEDRO IVO SANTOS SILVA
Tesoureiro

11.2 Fotografias dos eventos

1º Encontro Estadual de Auxiliares e Técnicos em Odontologia no Estado de Rondônia



Fonte: Site do CRO-RO

5ª Reunião Plenária do Conselho Municipal de Saúde



Fonte: Site do CRO-RO

Fiscalização do Hospital João Paulo II



Fonte: Site do CRO-RO

Fiscalização do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro



Fonte: Site do CRO-RO

I JORNADA DE SEGURANÇA DO PACIENTE



Fonte: Site do CRO-RO

Palestras sobre Odontologia Hospitalar



Fonte: Site do CRO-RO

Reunião no Hospital de Base



Fonte: Site do CRO-RO

CRO's da Região Norte se reúnem em Porto Velho



Fonte: Site do CRO-RO

11.3 Notas Explicativas e Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Odontologia, regulamentado pela Lei 4.324, de 14 de Abril de 1964, tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do Odontólogos.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno, Decreto 68.704, de 03 de Junho de 1971.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

As diretrizes contábeis do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, a partir de 14 de Janeiro de 1986 foram elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e NBC TSP – do Setor Público, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis foram organizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

3.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, representando, portanto, uma posição estática.

3.2 – ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

a) Disponível

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/2016 no valor de **R\$8.395,77** (Oito mil trezentos e noventa e cinco e setenta e sete centavos), se apresentam da seguinte forma:

a.1) Bancos c/ Movimento

- Conforme conciliação bancária o saldo em 31/12/2016 é no valor de **R\$ 0,00**, conforme pode ser comprovado através do livro razão e dos extratos bancários.

a.2) Bancos c/ Arrecadação

➤ O saldo disponível em 31/12/2016 é no valor de R\$ **5.503,54**(Cinco mil quinhentos e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão e dos extratos bancários.

a.3) Bancos c/ Aplicações Financeiras

➤ O saldo disponível em 31/12/2016 é no valor de R\$ **2.892,23**(Dois mil oitocentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão e dos extratos bancários.

b) Créditos a Receber

b.1) Créditos Tributário à Receber

➤ Registra o valor de R\$ **373.320,69**(Trezentos e setenta e três mil trezentos e vinte reais e sessenta e nove centavos), refere-se a Anuidades em aberto, para qual o CRO/RO possui relatório do sistema de gestão.

c) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

c.1) Adiantamento a Pessoal e a Terceiros

➤ Registra o valor de R\$ **4.674,19** (Quatro mil seiscentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos), refere-se a adiantamento de férias das funcionárias: Christiane Menezes dos Santos e Jovelina Gabriela Lopes e Silva, que foram compensados na folha do mês 01/2017.

c.2) Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

➤ Registra o valor de R\$ **1.980,77** (Um mil novecentos e oitenta reais e setenta e sete centavos), refere-se a direito do CRO/RO em relação ao C.F.O, decorrente de tarifas bancárias debitados e valores a serem repassados da arrecadação, sendo a mesma de responsabilidade do CFO.

3.3 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis posteriores ao exercício seguinte estão demonstrados como não circulante.

a) Realizável a Longo Prazo

➤ Registra o valor de R\$ **466.031,24** (Quatrocentos e sessenta e seis mil trinta e um reais e vinte e quatro centavos), referente Dívida Ativa, para qual o CRO/RO manter os registros dos procedimentos de cobrança administrativas e judiciais.

b) Imobilizado

➤ Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. A composição do Imobilizado do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia em 31/12/2016 é de **R\$ 205.711,57** (Duzentos e cinco mil setecentos e onze reais e cinquenta e sete centavos), composto da seguinte forma:

Bens Móveis

i. Veículos	R\$	98.800,00
ii. Máquinas Motores e Aparelhos.....	R\$	3.775,49
iii. Mobiliário em Geral	R\$	90.333,98
iv. Computadores e Periféricos	R\$	12.802,10
v. (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis.....	R\$	(77.196,18)
Total do Imobilizado.....	R\$	128.515,39

Bens Imóveis

i. Edifício.....	R\$	0,00
Total do Imobilizado.....	R\$	128.515,39

Total do Imobilizado.....R\$ 128.515,39

Todos os bens patrimoniais encontram-se registrados em sistema informatizado.

A depreciação dos bens móveis, de acordo com sistema de gestão patrimônio (SISPAT), tomando as devidas orientações conforme Manual de Contabilidade Aplicada as Setor Publico e NBC T 16.9 (NBC TSP – do Setor Público).

A entidade realizou a depreciação dosbens o método das cotas constantes, utilizando informações conforme tabela abaixo:

Bens Móveis	Vida Útil	Taxa
i. Veículos	5 anos	20%
ii. Máquinas Motores e Aparelhos.....	10 anos	10%
iii. Mobiliário em Geral.....	10 anos	10%
iv. Computadores e Periféricos	5 anos	20%

A conta edifício com saldo R\$ 0,00, sendo que a escritura do imóvel encontra-se registrada em nome do CFO. Em virtude deste fato, desconsiderou-se o direito de propriedade do CRO/RO. Com efeito, recomenda-se a celebração de contrato de comodato entre o CFO é CRO/RO objetivando o cuidado jurídico na relação entre as duas entidades.

4. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo em curto prazo está demonstrado no balanço patrimonial como circulante, destacando-se as seguintes obrigações:

a) Pessoal a Pagar

➤ O valor de **R\$ 21.925,14**(Vinte e um mil novecentos e vinte cinco reais e quatorzencentavos). Refere-se à provisão de férias a pagar.

b) Encargos trabalhistas

➤ O valor escriturado na conta de Encargos Trabalhista em 31/12/2016 é de **R\$ 13.927,48**(Treze mil noventa e vinte sete reais e quarenta e oito centavos).

i. INSS a Recolher.....	R\$	13.174,09
ii. IRRF a Recolher.....	R\$	653,39
iii. Acordo Judicial.....	R\$	100,00
Total dos Encargos.....	R\$	13.927,48

Observação:

b.1) O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

c) Impostos Retidos a Recolher

O valor de **R\$ 1.588,51** (Um mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos) refere-se a retenção que será pago no mês subsequente. Cujas composição é a seguinte:

i. Impostos Federais IR, CSLL, COFINS e PIS.....	R\$	1.161,26
ii. ISSQN Retido na Fonte.....	R\$	427,25
Total dos Tributos.....	R\$	1.588,51

5. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho Regional de Odontologia de Rondônia apresentou um Superávit Acumulado no valor de **R\$ 945.476,92**(Noventa e quarenta e cinco mil e quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos).

7. RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia – CRO/RO, apresentou no exercício de 2016 um Superávit de **R\$ 57.295,82** (Cinquenta e sete mil duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos). A composição, do mesmo foi a seguinte:

a) Variação Patrimonial Aumentativa.....	R\$	1.382.069,43
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva.....	R\$	(1.324.773,61)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/2016.....	R\$	57.295,82

O Resultado apurado no exercício foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.

8. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016 foi negativo de **R\$ 28.582,35** (Vinte e oito mil quinhentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos), conforme demonstramos:

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/2016.....	R\$	1.228.257,80
b) (-) Crédito Empenhado Pago até 31/12/2016.....	R\$	(1.256.840,15)
c) (-) Crédito Empenhado a Liquida em 31/12/2016.....	R\$	0,00
d) (=) Déficit Orçamentária apurado em 31/12/2016.....	R\$	(28.582,35)

9. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/2016 foi um Déficit no valor de **R\$ 22.390,40** (Vinte dois mil trezentos e noventa reais quarenta centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

a) Saldo Disponível apurado em 31/12/2016.....	R\$	15.050,73
b) (-) Passivo Financeira em 31/12/2016.....	R\$	(37.441,13)
c) (=) Déficit Financeiro em 31/12/2016.....	R\$	(22.390,40)

10. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extra-orçamentários, dos desembolsos da despesa corrente e dos desembolsos extra-orçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:

INGRESSOS	R\$	2.333.145,13
Receita Corrente.....	R\$	1.228.257,80
Ingressos Extra-Orçamentários.....	R\$	0,00
Receita Capital.....	R\$	1.104.887,33
DESEMBOLSOS	R\$	2.337.347,43
Despesa Corrente.....	R\$	1.247.577,43
Desembolsos Extra-Orçamentários.....	R\$	1.080.507,28
Desembolsos Despesas de Capital (investimentos).....	R\$	9.262,72
Apuração do Fluxo de Caixa no Período.....	R\$	(4.202,30)

O Resultado do Fluxo de Caixa Equivalentes no exercício de 2016 é negativo, no valor de **R\$ 4.202,30**(Quatro mil duzentos e dois reais e trinta centavos).

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS
Presidente, CD
CRO: RO-000706/O

ILSO MARCIO GEDRO ROCHA
Tesoureiro, CD
CRO: RO-000499/O

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
Contador
CRC: RO-002061/O-9

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.228.257,80	1.704.271,57	Despesa Orçamentária	1.256.840,15	1.021.417,80
RECEITA REALIZADA	1.228.257,80	1.704.271,57	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.256.840,15	
RECEITA CORRENTE	1.228.257,80	1.673.362,19	DESPEZA CORRENTE	1.247.577,43	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	806.931,02	900.136,25	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	241.031,71	
ANUIDADES	806.931,02	900.136,25	ENCARGOS PATRONAIS	78.867,75	
RECEITA DE SERVICOS	142.069,20	112.488,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	599.150,86	
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	57.767,21	57.215,00	CONTRIBUIÇÕES	318.422,17	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	9.168,44	5.543,76	SERVIÇOS BANCÁRIOS	7.777,25	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.849,35	5.234,15	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	2.327,69	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	71.284,20	44.495,34	DESPEZA DE CAPITAL	9.262,72	
FINANCEIRAS	16.345,59	10.944,55	INVESTIMENTOS	9.262,72	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.473,04	9.979,66	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		1.021.417,80
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.872,55	964,89	DESPEZA CORRENTE		1.010.137,72
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.872,55	964,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		274.389,99
TRANSFERENCIAS CORRENTES	80.089,46		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		735.747,73
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	80.089,46		DESPEZA DE CAPITAL		11.280,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.109,01	955,10	INVESTIMENTOS		11.280,08
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	3.109,01	955,10	RESTOS A PAGAR N?O PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS E JUROS DE MORA	3.109,01	955,10			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	179.713,52	648.838,04			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	163.680,87	599.975,18			
DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	163.680,87	540.242,91			
DIVIDA ATIVA FASE EXECUTIVA		59.732,27			
RECEITAS DIVERSAS	16.032,65	48.862,86			
RECEITA DE CAPITAL		30.909,38			
ALIENACAO DE BENS		30.700,00			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		30.700,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		209,38			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		209,38			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.104.887,33	1.494.589,12	Pagamentos Extraorçamentários	1.080.507,28	2.187.888,52
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.104.887,33		Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.080.507,28	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	12.598,07	23.043,70	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	8.395,77	12.598,07
Caixa e Equivalente de Caixa	12.598,07		Caixa e Equivalente de Caixa	8.395,77	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	2.345.743,20	3.221.904,39		2.345.743,20	3.221.904,39

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2016

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
 Presidente
 CRO-RO-706

PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD
 Tesoureiro
 CRO-RO-2082

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
 Contador
 CRC/RO 002061 O-9

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.552.998,00	1.552.998,00	1.228.257,80	-324.740,20
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	992.237,00	992.237,00	806.931,02	-185.305,98
ANUIDADES	992.237,00	992.237,00	806.931,02	-185.305,98
RECEITA DE SERVICOS	75.761,00	75.761,00	142.069,20	66.308,20
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	35.500,00	35.500,00	57.767,21	22.267,21
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	10.700,00	10.700,00	9.168,44	-1.531,56
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.500,00	3.500,00	3.849,35	349,35
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	26.061,00	26.061,00	71.284,20	45.223,20
FINANCEIRAS	0,00	0,00	16.345,59	16.345,59
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	12.473,04	12.473,04
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	3.872,55	3.872,55
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	3.872,55	3.872,55
TRANSFERENCIAS CORRENTES	120.000,00	120.000,00	80.089,46	-39.910,54
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.000,00	120.000,00	80.089,46	-39.910,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	3.109,01	3.109,01
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	3.109,01	3.109,01
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	3.109,01	3.109,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	365.000,00	365.000,00	179.713,52	-185.286,48
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	365.000,00	365.000,00	163.680,87	-201.319,13
DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	365.000,00	365.000,00	163.680,87	-201.319,13

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS DIVERSAS			0,00	0,00	16.032,65	16.032,65
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.552.998,00	1.552.998,00	1.228.257,80	-324.740,20
DÉFICIT			0,00	0,00	28.582,35	28.582,35
TOTAL			1.552.998,00	1.552.998,00	1.256.840,15	-296.157,85
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	1.442.985,00	1.442.985,00	1.247.577,43	1.247.577,43	1.247.577,43	195.407,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	345.910,00	345.910,00	319.899,46	319.899,46	319.899,46	26.010,54
REMUNERAÇÃO PESSOAL	256.800,00	256.800,00	241.031,71	241.031,71	241.031,71	15.768,29
ENCARGOS PATRONAIS	89.110,00	89.110,00	78.867,75	78.867,75	78.867,75	10.242,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	735.375,00	730.375,00	599.150,86	599.150,86	599.150,86	131.224,14
BENEFÍCIOS A PESSOAL	60.500,00	70.500,00	63.765,74	63.765,74	63.765,74	6.734,26
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	23.000,00	5.000,00	1.975,65	1.975,65	1.975,65	3.024,35
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	624.875,00	627.875,00	516.154,65	516.154,65	516.154,65	111.720,35
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	27.000,00	27.000,00	17.254,82	17.254,82	17.254,82	9.745,18
CONTRIBUIÇÕES	340.000,00	340.000,00	318.422,17	318.422,17	318.422,17	21.577,83
SERVIÇOS BANCÁRIOS	20.000,00	19.700,00	7.777,25	7.777,25	7.777,25	11.922,75
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	1.700,00	7.000,00	2.327,69	2.327,69	2.327,69	4.672,31
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	110.013,00	110.013,00	9.262,72	9.262,72	9.262,72	100.750,28
INVESTIMENTOS	110.013,00	110.013,00	9.262,72	9.262,72	9.262,72	100.750,28
OBRAS E INSTALAÇÕES	75.013,00	75.013,00	0,00	0,00	0,00	75.013,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	35.000,00	35.000,00	9.262,72	9.262,72	9.262,72	25.737,28
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.552.998,00	1.552.998,00	1.256.840,15	1.256.840,15	1.256.840,15	296.157,85
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.552.998,00	1.552.998,00	1.256.840,15	1.256.840,15	1.256.840,15	296.157,85

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
------------------------	-----------------	--------------------	---------------------	---------------------	----------------	---------------

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2016

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
Presidente
CRO-RO-706

PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD
Tesoureiro
CRO-RO-2082

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
Contador
CRC/RO 002061 O-9

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	388.371,42	253.977,21	PASSIVO CIRCULANTE	37.441,13	28.188,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.395,77	12.598,07	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	35.852,62	23.622,36
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	373.320,69	235.318,23	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6.654,96	6.060,91	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.588,51	452,95
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	594.546,63	662.392,82	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	4.113,62
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	466.031,24	465.943,97	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	466.031,24	465.943,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	128.515,39	196.448,85	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	205.711,57	196.448,85	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	77.196,18	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	37.441,13	28.188,93

					PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
				Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
				Patrimônio Social e Capital Social	267.133,16	267.133,16	
				Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00	
				Demais Reservas	0,00	0,00	
				Resultados Acumulados	678.343,76	621.047,94	
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	945.476,92	888.181,10	

TOTAL	982.918,05	916.370,03	TOTAL	982.918,05	916.370,03
--------------	-------------------	-------------------	--------------	-------------------	-------------------

ATIVO FINANCEIRO	15.050,73	18.658,98	PASSIVO FINANCEIRO	37.441,13	28.188,93
ATIVO PERMANENTE	967.867,32	897.711,05	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00

SALDO PATRIMONIAL				945.476,92	888.181,10
--------------------------	--	--	--	-------------------	-------------------

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit Financeiro	-22.390,40	-9.529,95

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2016

 HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
 Presidente
 CRO-RO-706

 PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD
 Tesoureiro
 CRO-RO-2082

 CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
 Contador
 CRC/RO 002061 O-9

Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.382.069,43	1.728.415,89	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.324.773,61	1.213.388,45
CONTRIBUIÇÕES	944.933,48	901.763,82	PESSOAL E ENCARGOS	385.640,85	324.803,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	944.933,48	901.763,82	REMUNERACAO DE PESSOAL	241.031,71	209.164,29
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	944.933,48	901.763,82	REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS	241.031,71	209.164,29
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	142.069,20	110.860,68	ENCARGOS PATRONAIS	78.867,75	65.225,70
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	142.069,20	110.860,68	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	78.867,75	65.225,70
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	142.069,20	110.860,68	BENEFÍCIOS A PESSOAL	63.765,74	48.233,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	16.345,59	10.944,55	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	63.765,74	48.233,51
JUROS E ENCARGOS DE MORA	12.473,04	9.979,66	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	1.975,65	2.179,94
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	12.473,04	9.979,66	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	1.975,65	2.179,94
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	3.872,55	964,89	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	610.605,65	377.450,55
MULTAS SOBRE ANUIDADES	3.872,55	964,89	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	32.203,62	22.079,71
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	80.089,46	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	32.203,62	22.079,71
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	80.089,46	0,00	SERVIÇOS	501.205,85	355.370,84
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	80.089,46	0,00	DIÁRIAS CIVIL	227.060,00	165.808,33
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	15.721,90	54.844,32	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	17.254,82	19.610,89
REAVALIACAO DE ATIVOS	15.721,90	24.144,32	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	256.891,03	169.951,62
REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	0,00	24.144,32	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	77.196,18	0,00
REAVALIACAO DE OUTROS ATIVOS	15.721,90	0,00	DEPRECIACAO	77.196,18	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00	30.700,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	7.777,25	13.674,41
GANHOS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	30.700,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	7.777,25	13.674,41
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	182.909,80	650.002,52	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.777,25	13.674,41
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	3.109,01	955,10	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	0,00	203.250,73
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	3.109,01	955,10	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROVISAO PARA PERDAS	0,00	139.310,73
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	163.768,14	599.975,18	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	0,00	139.310,73
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	163.768,14	599.975,18	PERDAS COM ALIENACAO	0,00	63.940,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16.032,65	49.072,24	PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	63.940,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	16.032,65	49.072,24	TRIBUTARIAS	320.749,86	294.209,32
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.327,69	1.569,78
			IMPOSTOS	2.327,69	1.569,78
			CONTRIBUICOES	318.422,17	292.639,54
			CONTRIBUICOES	318.422,17	292.639,54
Total das Variações Ativas :	1.382.069,43	1.728.415,89	Total das Variações Passivas :	1.324.773,61	1.213.388,45
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	57.295,82	515.027,44
Total	1.382.069,43	1.728.415,89	Total	1.382.069,43	1.728.415,89

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2016

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
Presidente
CRO-RO-706

PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD
Tesoureiro
CRO-RO-2082

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
Contador
CRC/RO 002061 O-9

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.228.257,80	1.673.362,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	806.931,02	900.136,25
ANUIDADES	806.931,02	900.136,25
RECEITA DE SERVIÇOS	142.069,20	112.488,25
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	57.767,21	57.215,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	9.168,44	5.543,76
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.849,35	5.234,15
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	71.284,20	44.495,34
FINANCEIRAS	16.345,59	10.944,55
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.473,04	9.979,66
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.872,55	964,89
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.872,55	964,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.089,46	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	80.089,46	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.109,01	955,10
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	3.109,01	955,10
MULTAS E JUROS DE MORA	3.109,01	955,10
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	179.713,52	648.838,04
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	163.680,87	599.975,18
DÍVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	163.680,87	540.242,91
DÍVIDA ATIVA FASE EXECUTIVA	0,00	59.732,27
RECEITAS DIVERSAS	16.032,65	48.862,86
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.494.589,12
OUTROS INGRESSOS	1.104.887,33	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPEZA CORRENTE	1.247.577,43	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	241.031,71	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	78.867,75	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	599.150,86	0,00
CONTRIBUIÇÕES	318.422,17	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	7.777,25	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	2.327,69	0,00
DESPEZA CORRENTE	0,00	1.010.137,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	274.389,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	735.747,73
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.187.888,52
OUTROS DESEMBOLSOS	1.080.507,28	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	5.060,42	-30.074,93
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALIENACAO DE BENS	0,00	30.700,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	30.700,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	209,38
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	209,38
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	9.262,72	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	11.280,08
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.262,72	19.629,30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.202,30	-10.445,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.598,07	23.043,70
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	8.395,77	12.598,07

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2016

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
Presidente
CRO-RO-706

PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD
Tesoureiro
CRO-RO-2082

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
Contador
CRC/RO 002061 O-9

cfo

CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA



OF.CFO

261

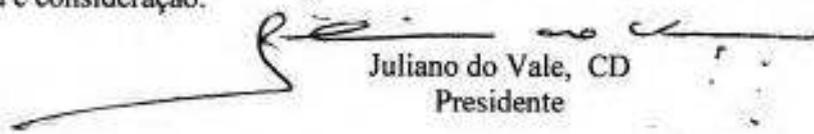
Rio de Janeiro,

02 JAN 2017,

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, dirigimo-nos a V. S^a. para encaminhar-lhe o relatório definitivo da auditoria relativa à gestão do exercício de 2015, que foi procedida por intermédio da empresa Loudon Blomquist.

Na oportunidade, renovamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.


Juliano do Vale, CD
Presidente

Ilustríssimo Senhor

Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia

Dr. HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD

SEDE: Av. Duque de Caxias, 508 -Caiari

76801-170 - PORTO VELHO - RO

DEPARTAMENTO
DE ODONTOLOGIA

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RO
RELATÓRIO DE AUDITORIA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RO
AV. BRAGA RIBEIRO, 1000 - JARDIM SÃO CARLOS
13060-900 - RIBEIRÃO PRETO - SP

Loudon Blomquist



Matriz

São Paulo - SP

Rua Senador Paulo Egídio, 72 - Conj. 1.009 - Sé
São Paulo - SP - CEP: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial

Rio de Janeiro - RJ

Av. Pres. Vargas, 509 - 3º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório

Brasília - DF

SCS - Quadra 06 - Bl. A - Conj. 402
Edifício Carioca - Brasília - DF - CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2016.

Ilmos. Srs. Diretores
Conselho Federal de Odontologia
Rio de Janeiro - RJ

At.: Dr. Juliano do Vale
Presidente

Ref.: Relatório de Auditoria do Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2015 do Conselho
Regional de Odontologia do Estado de Rondônia-RO

Prezados Senhores,

Em decorrência dos exames de auditoria especial, observando escopo predeterminado, do balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, realizados no período de 25 a 29 de julho de 2016, apresentamos o resultado de nossos trabalhos, bem como nossos comentários e recomendações sobre procedimentos contábeis e de controles internos, observados durante a aplicação de testes, conforme descritos no Anexos III e IV.

A finalidade do estudo e avaliação do controle interno é estabelecer uma base em que se apoia para a determinação, extensão e realização oportuna dos testes de auditoria a serem aplicados.

As recomendações e observações apresentadas têm também, por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis, de modo a proporcionar à administração da Entidade, maior segurança sobre as transações realizadas e respectivas contabilizações, bem como a guarda, proteção e valor dos ativos, cujos comentários já foram apresentados e discutidos com V. Sas., e não implicam em críticas ou censura quanto ao desempenho funcional ou à integridade pessoal dos funcionários e responsáveis, bem como, que os aspectos aqui destacados já poderão ter sido regularizados quando da recepção do mesmo.

A "minuta" do presente relatório, datado de 29 de julho de 2016, foi encaminhada ao CRO RO, através do CFO, não tendo recebido até a presente data nenhum comentário sobre os pontos aqui tratados. Assim sendo, estamos emitindo a versão final.

Colocando-nos ao inteiro dispor de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a matéria constante do presente, subscrevemo-nos,

Cordialmente,

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064F-8

Noel Luiz Ferreira
Sócio

CRC-RJ-23.317-T-SP-1.458-S-RJ

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RO
RELATÓRIO DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2015

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL	ANEXO I
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	ANEXO II
COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES (CONTÁBIL)	ANEXO III
COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES (RH)	ANEXO IV

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RO
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em Reais)

ANEXO I

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Ativo Circulante</u>	253.977	29.326
Disponível	12.535	23.044
Disponível Conta Vinculada	63	-
Créditos a Curto Prazo	235.318	-
Demais Créditos a Curto Prazo	6.061	6.282
<u>Ativo não Circulante</u>	662.393	364.275
Créditos Realizável a longo Prazo	465.944	-
Imobilizado	196.449	364.275
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	916.370	393.601
<u>Passivo Circulante</u>	28.189	17.777
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist a Pagar	23.622	6.906
Provisões a Curto Prazo - Cota parte CFO	-	5.457
Obrigações a curto	453	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.114	5.414
<u>Passivo não Circulante</u>	-	2.670
Obrigações a Longo Prazo	-	2.670
<u>Patrimônio Líquido</u>	888.181	373.154
Patrimônio Social	267.133	267.133
Superavit ou Deficit do Exercício	515.027	15.992
Superavit ou Deficit de Exercícios Anteriores	106.021	90.029
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	916.370	393.601

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RO
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	ANEXO II	
	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA	1.728.415	1.061.795
Contribuições Sociais	901.764	598.006
Exploração e Venda de Bens e Serviços Diretos	110.861	104.074
Variações Patrimoniais Aumentativas	10.944	10.457
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	650.002	160.139
Auxílio para Desenvolvimento Atividade Fiscalização	-	189.119
Valorização e Ganhos com Ativos	54.844	-
DESPESA	1.213.388	1.045.804
Pessoal e Encargos	324.803	305.646
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Material	377.450	501.660
Variações Patrimoniais Diminutivas	13.675	3.963
Tributárias	294.209	234.139
Outras variações Patrimoniais Diminutivas	-	396
Desvalorização e Perdas de de Ativos	203.251	-
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	515.027	15.991

- CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RO
RELATÓRIO DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2015

ANEXO III

COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES (ÁREA CONTÁBIL)

I - ATIVO CIRCULANTE

1 - DISPONÍVEL

Composição:

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	RS
Bancos Conta Arrecadação	12.535
Banco Conta Vinculada	63
Total	12.598

Trabalhos Efetuados:

- Efetuamos circularização bancária diretamente às Instituições Financeiras.
- Nossos trabalhos basearam-se no confronto dos extratos bancários, posição 31 de dezembro de 2015, com os registros contábeis e as conciliações bancárias existentes, bem como toda a documentação necessária.

1.1 - Bancos Conta Arrecadação

Descrição	Razão	Extrato	Dif
Banco do Brasil c/c 95.557-4	984	984	-
Bradesco - c/c 2215-2	7.965	7.965	-
Bradesco - c/c 38872-6	3.585	3.585	-
Total - RS	12.534	12.534	-

Comentários:

Saldo de arrecadação confirmado em confronto com os extratos remetidos pelo Banco.

1.2 - Bancos Conta Vinculada

Descrição	Razão	Extrato	Dif
Banco do Brasil c/c 95.557-4- Poupança	63	63	-
Total - RS	63	63	-

Conclusão:

Em razão dos exames acima realizados, concluímos que os saldos bancários estão sendo devidamente controlados e registrados no balanço de 31 de dezembro de 2015.

2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO – R\$ 235.318

Valor a receber relativo a anuidades em atraso do exercício de 2015 em fase, ainda, de cobrança administrativa, no valor de R\$ 235.318, segundo relatório de posição de devedores, emitido do sistema do CFO, com posição em 31/12/2015, obtido, na época, pelo setor contábil do Conselho, conforme quadro demonstrativo adiante – Item 4.

3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER DE CURTO PRAZOComposição:

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica apresentava a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Adiantamento de Férias	2.209
Direito CFO – Cobrança a Receber	3.852
Total	6.282

3.1 - Adiantamento de Férias

Valor referente adiantamentos de férias concedidos no final do exercício, no valor de R\$ 2.209, devidamente regularizado em folha de pagamento de janeiro e fevereiro de 2016.

3.2 - Direito CFO – Cobrança a Receber.

Valor referente cobrança de anuidades realizada pelo CFO, não repassadas para o Conselho até o encerramento do exercício de 2015, porém já regularizado em 2016.

4 - COBRANCA COM CARTÃO DE CRÉDITO

O Conselho recebe pagamento de anuidades por meio de cartão de crédito, porém o registro da operação, ou seja, a contabilização da receita só é efetivada quando a Instituição do cartão faz o crédito em conta. Sugerimos que o lançamento seja feito pelo regime de competência, contabilizando no ato do pagamento em “Valores a Receber – Cartão de Crédito” e “Variações Patrimoniais Aumentativas- Anuidades”

II – NÃO CIRCULANTE**1 - CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO – DÍVIDA ATIVA**

Rubrica destinada a registrar o saldo de R\$ 465.944 representativo do inadimplemento dos profissionais e empresas associadas, relativa aos exercícios de 2010 a 2014, e em “Créditos a Receber a Curto Prazo”, conforme já mencionado em item anterior deste relatório, o valor de R\$ 235.318, relativo ao exercício de 2015, perfazendo um total de R\$ 701.260 de acordo com o quadro a seguir.

Anos	CD	EPAO	EPAO-L	EPAO-A	EPAO-S	TPD	TPS	ASB	APD	EPO	Totais
2010	37.164	1.194	5.376	356	299	6.449	2.882	4.166	1.369	478	59.733
2011	49.373	1.647	5.005	463	278	6.141	3.082	4.501	1.469	1.000	72.959
2012	58.888	3.670	1.545	1.030	515	6.817	3.105	4.370	1.438	927	82.305
2013	67.465	4.644	1.421	948	474	7.559	3.435	4.001	1.539	853	92.339
2014	129.129	6.239	1.901	1.425	758	8.080	4.316	4.380	1.523	855	158.606
2015	186.512	15.341	2.286	1.829	3.200	11.537	5.619	6.022	1.600	1.372	235.318
Totais	528.531	32.735	17.534	6.051	5.524	46.583	22.439	27.440	8.938	5.485	701.260

Entendemos que deveria ter sido registrado o saldo do inadimplemento das anuidades referente aos 05 (cinco) últimos exercícios, ou seja, de 2011 a 2015, todavia o CRO-RO incluiu indevidamente na Dívida Ativa contabilizada em 2015, as anuidades a receber relativas ao ano de 2010. Entende a Assessoria Jurídica do CRO-RO que os créditos de 2010 seriam, ainda, executáveis.

Por outro lado, essa Assessoria Jurídica não nos informou quantos processos foram ajuizados e estão em andamento.

Comentários:

- O saldo a receber, da Dívida Ativa relativo ao exercício de 2010, a nosso ver, foi indevidamente registrado.
- Com a prática de contabilização da Dívida Ativa, a partir do exercício de 2015 e dos procedimentos de cobrança, que estão sendo realizados atualmente e com todos os ajustes que deverão ser praticados para o acerto do saldo, entendemos que o controle do recebimento e provisão das anuidades e demais receitas do Conselho, passam a ser demonstradas livres de distorções.

Recomendação:

- Adotar o padrão contábil estabelecido em Ata de Reunião ocorrida em 09/10/2015 nas dependências do CFO, onde ficou definido que todos os Conselhos deverão adotar a contabilização da Dívida Ativa, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição – Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014.

- Recomendamos providenciar junto ao CFO treinamento destinado a adoção do novo padrão contábil previsto no Manual de Contabilidade comentado acima, tendo em vista a dificuldade encontrada pelos profissionais do Conselho.
- Recomendamos, para fins de auditoria e controles internos, que seja emitido relatório do setor de cobrança na data base de 31 de dezembro de cada ano, vez que em data posterior o sistema não retroage.
- Recomendamos, que o CRO-RO deve proceder a constituição de provisão para perdas de dívida ativa, com estimativas em níveis de ordem crescente de riscos, baseado nos índices obtidos, anualmente, na recuperação da dívida ativa, como também, provisionar a cota parte do CFO relativa a dívida ativa a receber.

2 – ATIVO PERMANENTE

Composição:

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica estava demonstrado como segue:

	31/12/2014	Baixas	Adições	31/12/2015
<u>Bens Móveis</u>	363.830	(202.806)	35.452	196.449
Veículos	197.740	(98.940)	-	98.800
Máquinas, Motores e Aparelhos	81.811	(78.036)	-	3.775
Biblioteca Fitoteca	24.290	(24.290)	-	-
Mobiliário em Geral e Utens. De Escrit.	57.499	-	23.572	81.071
Computadores e Periféricos	950	-	11.853	12.803
Outros bens Móveis	1.540	(1.540)	-	-
<u>Bens Imóveis</u>	455	(445)	-	-
Edifícios	455	(445)	-	-
Total – R\$	364.275	(203.251)	35.425	196.449

2.1 - Adições

Trabalhos Efetuados:

- Verificação física e exame da documentação dos bens adquiridos no exercício de 2015, e confirmação dos valores de reavaliação constantes no processo nº 433 de 26/03/2014, registrados no exercício de 2015, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor
Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	23.572
Reavaliação conforme processo 433/2014, Portaria 41 de 26/03/2014	16.672
Aquisição de Bancada em MDF Empenho 289 - M. S. Marcenaria Ltda	6.900
Computadores e Periféricos	11.853
Aquisição de 03 monitores LED - Cia Global - NF 3050876	4.380

Reavaliação de Equipamentos conf. Processo 433 / 2014 - Portaria
41

7.473

Total - R\$

35.425

2.2 - Baixas

Composição:

A seguir quadro demonstrativo das baixas decorrentes do processo de reavaliação e venda de veículo, durante o exercício de 2015.

Descrição	R\$
Veículos	98.940
Baixa conf. Processo 433/2014 - Portaria 41 de 26/03/2014	35.000
Baixa conf. Licitação para venda Veículo S-10 - ano 2009	63.940
Máquinas e Motores	78.036
Baixa conf. Processo 433/2014 - Portaria 41 de 26/03/2014	78.036
Biblioteca, Fitoteca e Videoteca	24.290
Baixa conf. Processo 433/2014 - Portaria 41 de 26/03/2014	24.290
Outros Bens Móveis	1.540
Baixa conf. Processo 433/2014 - Portaria 41 de 26/03/2014	1.540
Edifícios	445
Baixa conf. Processo 433/2014 - Portaria 41 de 26/03/2014	445
Total	203.251

Comentários:

2.2.1 - Bens Imóveis - Edifícios

A sede do CRO-RO não é própria, está em nome do CFO, todavia estava registrado a importância de R\$ 445,00 na rubrica Bens Imóveis - Edifícios. Em decorrência do processo de avaliação do Patrimônio, realizado em 2014, e atendendo nossas recomendações, o referido valor foi regularizado. Resultando, apenas, obter junto ao CFO oficialização da doação do imóvel para regularização da fato, conforme já sugerimos e mencionamos em relatório anterior.

2.2.2 - Baixas de Bens em Desuso

De acordo com a Portaria nº 41 de 26 de março de 2014, foi nomeada uma comissão para avaliação do patrimônio do CRO-RO. Foram levantados todos os bens em perfeito estado e os sem condições de recuperação, cuja baixa foi aprovada. O resultado do levantamento foi implantado no sistema de patrimônio - SISPAT. Ocorre, que as baixas não foram registradas no sistema contábil na época, somente no decorrer do exercício de 2015.

2.2.3 - Baixa Veículo – R\$ 35.000

Baixa de valor registrado desde exercícios anteriores a 2012, referente veículo não existente, apurado no levantamento de toda a documentação do Patrimônio.

2.2.4 - Venda de Veículo – R\$ 63.940

Valor baixado referente ao custo do Veículo S-10 ano 2009, alienado no exercício de 2015, pelo valor de R\$ 30.700, conforme leilão realizado em 17 de novembro de 2015. Ocorre que a venda foi registrada sem a devida apuração de resultado. O valor recebido foi consignado em *Lucro na Venda de Bens* e o custo baixado em contrapartida de *Prejuízo na Venda de Bens*.

Conclusões:

- O Patrimônio, após a avaliação e levantamento físico, foi devidamente implantado do SISPAT, todavia falta a identificação dos bens, por meio de plaquetas ou por código de barras, como também, proceder os cálculos e contabilização da depreciação.
- Obter junto ao CFO oficialização da doação do imóvel para regularização da fato, conforme já sugerimos e mencionamos em relatórios anteriores.

III – PASSIVO**1 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. ASSIST. A PAGAR****Composição:**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica apresentava a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>RS</u>
Férias a Pagar	17.646
INSS a recolher	5.831
IRRF a recolher	145
Total RS	23.622

Comentários:**1.1- Férias a Pagar**

Atendendo nossas sugestões, o CRO-RO vem provisionando mensalmente a férias a pagar.

1.2- INSS a Recolher

Valor recolhido em 18 de janeiro de 2016.

1.3 - IRRF a Recolher

Saldo regularizado em 12/01/2016.

2 – OUTRAS OBRIGACÕES A CURTO PRAZOComposição:

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica estava representado da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>RS</u>
Impostos Federais Ir, CSLL, COFINS e PIS	314
IRRF a Pagar	139
Total	453

Comentários:

Não nos foi apresentado comprovantes de recolhimento até o encerramento de nossos trabalhos.

3 – DEMAIS CRÉDITOS A CURTO PRAZO – R\$ 4.114Comentários:

Valor referente cota parte devida ao CFO, relativo às anuidades recebidas por meio de cartão de crédito.

IV- PATRIMÔNIO LÍQUIDOComposição:

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica estava representado da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>RS</u>
Saldo em 31/12/2014	373.154
<i>Superávit do Exercício</i>	515.027
Saldo em 31/12/2015	888.181

Comentários:

Conforme demonstrado acima, o Conselho obteve um superávit de R\$ 515.027. Esse resultado se deu, devido a realização das receitas operacionais além do estimado no orçamento do exercício, como também, a contabilização da Dívida Ativa, num total de R\$ 701.260.

Diante dos fatos observados, no decorrer de nossos exames, apontamos a seguir alguns pontos, que julgamos terem afetados ou que deixaram de ser considerados na composição do Patrimônio Líquido.

- Depreciação dos bens patrimoniais não é praticada pelo Conselho.
- Provisão para perdas da dívida ativa.
- Provisão da cota parte a pagar ao CFO sobre recebimento da dívida ativa.
- Provisão de valores a receber da cobrança de anuidades com cartão e crédito parcelado.

V - RECEITASComposição:

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica estava representado da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>RS</u>
Contribuições Sociais - Arrecadação	901.764
Exploração e Venda de Bens e Serviços Diretos	110.861
Variações Patrimoniais Aumentativas	10.944
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	650.002
Valorização e Ganhos com Ativos	54.844
Total	1.728.415

1 - ARRECADACÃO E EXPLORACÃO E VENDA DE BENS E SERVICOS

De posse do controle de cobrança bancária mensal das anuidades fornecido pelo CFO, e os extratos bancários, confrontamos os valores mensais das receitas com os registros contábeis obtendo resultados satisfatórios.

2- OUTRAS VARIACÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Saldo decorrente do registro da receita da dívida ativa a receber.

VI - DESPESASComposição:

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica estava representado da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>RS</u>
Remuneração de Pessoal	209.164
Encargos Patronais	65.226
Indenizações	2.180
Benefícios a Pessoal – V. Transporte, Saúde e Alimentação	48.234
Consumo de Material	22.080
Diárias Civil - Funcionários, Conselheiros e Convidados	165.808
Serviços de Terceiros - P. Física	19.611
Serviços de Terceiros - P. Jurídica	169.952
Taxa Sobre Serviços Bancários	13.674
Perdas com Redução do Valor do Imobilizado	139.311
Perdas com Alienação do Imobilizado	63.940
Impostos e Taxas	1.570
Cota Parte CFO	292.639

Total	1.213.389
--------------	------------------

1 - DESPESAS DE PESSOAL

Trabalhos efetuados:

Consoante exame aleatório nas folhas de pagamento do CRO-RO, verificamos a prática de descontos, retenções e recolhimentos dos encargos sociais e concessão de benefícios, obtendo resultados satisfatórios.

2- COTA PARTE - CFO

Trabalhos Efetuados:

Confirmamos o valor da cota parte do CFO, no valor de R\$ 292.639, mediante exame das planilhas do Sistema de Cobrança Bancária remetidas pelo Conselho Federal

3 - SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Trabalhos efetuados

Examinamos, aleatoriamente, cerca de 75 % da documentação comprobatória das despesas do CRO-RO na cobertura de gastos, com diárias, serviços de terceiros, impostos e demais itens de custeio, durante o exercício de 2015, conforme quadro a seguir, obtendo resultados satisfatórios, demonstrando, assim, que as mesmas estão devidamente controladas e referem-se as atividades inerentes ao Conselho.

RELAÇÃO DAS CONTAS SELECIONADAS		VALOR RS		
CÓDIGO	NOMENCLATURA	PERÍODO	ANALISADO	%
3.1.3.1.1.02	Plano de Saúde	12.195	8.229	67
.04	Auxílio Alimentação	29.461	22.093	75
3.3.1.1.1.05	Combustíveis e Lubrificantes	8.025	6.134	76
.12	Materiais de Informática	3.883	2.733	70
3.3.2.1.1.02	Diárias Civil -Conselheiros	126.280	80.480	64

.03	Diárias Convidados	36.700	30.700	84
3.3.2.2.2.01	Passagens Áreas e Terrestres	18.510	15.471	84
3.3.2.3.1.02	Serviços de Energia Elétrica e Gás	12.558	10.676	85
.04	Serviços de Internet e Telef. em Geral	27.073	21.924	81
.06	Locação de Bens Imóveis e Condomínios	10.468	7.900	75
.12	Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	10.064	8.585	85
.19	Serviço de Assessoria Contábil	16.669	12.358	74
.20	Serviço de Assessoria Jurídica	61.476	50.580	82
	TOTAL	323.681	241.407	75

VII - LIVRO DIÁRIO

Verificamos que o Livro Diário, referente ao exercício de 2015, está encadernado, e devidamente registrado.

VIII - DCTF - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DA PESSOA JURÍDICA

Através da Instrução Normativa RFB 1599/2015, artigo 2, item IV, ficam obrigados a entregar a DCTF mensal, as entidades de fiscalização do exercício profissional (conselhos federais e regionais).

Verificamos que o CRO-RO passou a encaminhar a DCTF a partir do mês de dezembro/2015, onde observamos os recibos de entrega.

IX - ECD - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL **ECF - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL**

De acordo com o §3º item II da Instrução Normativa RFB nº 1.420 de 19 de dezembro de 2013 e §2º item II da Instrução Normativa RFB nº 1422 a obrigatoriedade da elaboração da ECD e ECF não se aplica aos órgãos públicos, autarquias e fundações públicas, respectivamente.

Todavia há controvérsias desse entendimento, uma vez, que os Conselhos Regionais de Odontologia não são mantidos pela administração pública federal e o ECD tem a finalidade de substituir o livro Diário.

Recomendação:

Recomendamos que o CFO formule consulta a Receita Federal, buscando resguardar o seu entendimento sobre esse assunto.

X - SEGUROS

Seguradora Sul América Cia Nacional de Seguros - Auto - Mitsubishi L- 200 Triton ano - 2013 - placa NCT- 5328 - Vigência: 31/10/2016.

XI- CONCLUSÃO FINAL

Considerando o exposto no decorrer deste relatório, evidenciamos, a seguir, os principais pontos, que julgamos merecer a atenção de V.Sas:

1 - DÍVIDA ATIVA

Com a prática de registro da dívida ativa as receitas do Conselho passarão a ser demonstrados livres de distorções. Cabe ressaltar, entretanto, a necessidade de constituição de provisões para perdas de arrecadação, com estimativas em níveis de ordem crescente de riscos, baseado nos índices obtidos, anualmente, na recuperação da dívida ativa, bem como o registro de provisão de cota parte a pagar ao CFO pelo recebimento dívida ativa.

2- BENS PATRIMONIAIS

- Verificamos que os bens patrimoniais não são depreciados. Uma vez, que já estão implantados no SISPAT, tal procedimento já deveria ter iniciado.
- Há necessidade, também, da realização de curso para os funcionários do Conselho aprenderem a operar com o sistema SISPAT e conjunto com o sistema contábil
- Promover a identificação dos bens através de plaquetas ou código de barra.

3 - PROVISÃO DE RECEITA A RECEBER DO CARTÃO DE CRÉDITO

O Conselho recebe pagamento de anuidades por meio de cartão de crédito, porém o registro da operação, ou seja, a contabilização da receita só é efetivada quando a Instituição do cartão faz o crédito em conta. Sugerimos que o lançamento seja feito pelo regime de competência, contabilizando no ato do pagamento em "Valores a Receber - Cartão de Crédito" e "Variações Patrimoniais Aumentativas- Anuidades

XII - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Balanço Orçamentário, segundo art.102 da Lei nº 4.320/64, é a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, possibilitando conhecer o resultado orçamentário de exercício, sendo positivo é denominado de "Superávit" ou negativo de "Déficit".

Observa-se na tabela abaixo que a execução orçamentária e financeira do exercício de 2015, devidamente aprovada em Assembleia Geral, apresentou um *Superavit* no montante de R\$ 683.043, sendo que a arrecadação da *Receita Corrente* atingiu cerca de 118,39 % da previsão e a *Receita de Capital* não foi estimada. Com relação às despesas orçamentárias, foi realizado cerca de 91,60 % da previsão das *Despesas Correntes* e 82,07 % das *Despesas de Capital* do total previsto, dessa forma o *Superavit Orçamentário* foi de aproximadamente 40,07 %.

Cabe esclarecer, que no total de R\$ 1.673.761, constante no quadro mencionado, referente à receita realizada está incluído, indevidamente, o valor concernente provisão de receita da Dívida Ativa, caracterizando recursos financeiros recebidos, portanto, o total constante do quadro mencionado, não espelha a realidade dos recursos captados.

O problema, a nosso ver, é do sistema IMPLANTA, que considera lançamentos de provisões de recursos a realizar, como receita recebida, conseqüentemente o superávit apresentado está irreal.

RECEITAS	PREVISTAS	REALIZADAS	%	DESPESAS	PREVISTAS	REALIZADAS	%
Correntes	1.413.761	1.673.761	118,39	Correntes	1.373.761	1.010.138	91,60
Capital	-	30.700	-	Capital	40.000	11.280	82,07
TOTAL	1.413.761	1.704.461	120,56	TOTAL	1.413.761	1.021.418	72,25
					SUPERAVIT	683.043	40,07

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RO
RELATÓRIO DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2015
ÁREA DE RH / DP

ANEXO IV

COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES (ÁREA RH / DP)

Realizamos, junto à área de Recursos Humanos da Entidade, exames em base de testes acerca da observância dos procedimentos trabalhistas, previdenciários e de segurança e medicina laboral, bem como do cumprimento de obrigações acessórias e respectivos prazos legais, tendo como base a folha de pagamento do mês de dezembro de 2015.

Muito embora, nossos exames tenham evidenciado que os controles existentes no departamento de pessoal são elaborados de forma eficaz e com zelo, detectamos casos de não atendimento de normas previstas na CLT – alguns dos quais já abordados em nosso relatório anterior - que tornam a Instituição vulnerável a autuações em eventuais inspeções fiscais e/ou ônus decorrentes de processos judiciais.

Outrossim, desejamos deixar consignado que nossas considerações não implicam em crítica ou censura quanto ao desempenho funcional dos responsáveis pelos setores auditados.

Aproveitamos, também, para agradecer a presteza e solicitude com que nos agraciaram todos os colaboradores durante a execução de nossos trabalhos.

1 - DIÁRIAS PARA VIAGEM

Quando as diárias ultrapassam a monta de 50% do salário percebido pelo empregado, tal verba tem característica remuneratória, conforme preceitua o art.457, §2º da CLT e a súmula 101 do TST, devendo, portanto, ser integrada na folha de pagamento. Tal percentual deve ser calculado com base apenas no salário-base pago pelo empregador, não devendo serem agregadas as horas-extras e demais parcelas percebidas.

Em vista do exposto, recomendamos doravante que todas as diárias para viagem passem a transitar pela folha de pagamento através de códigos específicos, sendo lançados nos proventos, como recebidas e nos descontos, como adiantamento de diárias, para que toda tributação, quando houver, passe a ser efetuada diretamente pelo sistema. Esse procedimento quando lançando em folha de pagamento, tem o objetivo de corroborar no auxílio do preenchimento da DIRF que é uma obrigação acessória anual.

2 - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Verificamos que não foi elaborado pelo CRO-AC o plano de cargos e salários.

Vale ressaltar que para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.

Por isso que se faz necessário a implantação do plano de cargos e salários, para que os colaboradores do conselho não tenham perdas e defasagens salariais.

Sendo assim recomendamos que o CRO-AC cumpra a legislação específica em vigor.

3 - ADMISSÕES POSTERIORES À VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O regime jurídico das relações de trabalho no âmbito do CRO-AC é o disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”.

Não obstante, os Conselhos de fiscalização profissional possuem personalidade jurídica de entidade autárquica federal, e como tal, seus funcionários são equiparados a **servidores públicos**, para todos os efeitos legais. Neste sentido, cumpre-nos salientar que de acordo com a norma emanada do artigo 37 da Constituição Federal, *“A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em Lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão”*.

Ante o exposto, considerando que todos os funcionários da Entidade foram admitidos através de recrutamento interno, sem a observância da regra constitucional supramencionada, depreende-se que as contratações efetivadas após a entrada em vigor da Constituição Federal (05/10/1988), são passíveis de anulação.

É de se ressaltar que a matéria é controversa e tem sido objeto de inúmeras ações judiciais, e já foi levada à apreciação do Supremo Tribunal Federal.

A este propósito, cumpre-nos salientar que a Segunda Turma do STF, ao julgar o Agravo Regimental em Mandado de Segurança impetrado pelo CFO – Conselho Federal de Odontologia – através de Acórdão publicado DJE nº 221, em 11/11/2014 – Ata nº 168/2014, firmou o entendimento de que “A admissão de pessoal em conselhos de fiscalização profissional deve se dar através de concurso público, ainda que este seja aplicado de forma simplificada e para contratação com vínculo celetista.”

4 - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Constatamos as seguintes irregularidades no que se refere ao cumprimento de obrigações inerentes à Segurança e Medicina do Trabalho:

- Não implantação do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), na forma definida pela Portaria 24/94 SSST, com as seguintes atribuições:
 - Indicação de um médico coordenador, a quem caberia a realização de exames médicos nas admissões, nos casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, de mudanças de função e de desligamentos de funcionários, bem como sua renovação periódica para os trabalhadores em atividade.
 - Elaboração de relatório anual contendo discriminação, por setores da Empresa, do número e natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas, exames complementares e estatísticas de resultados anormais.
- Não implementação do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), de acordo com as normas estabelecidas pela Portaria 25/94, que, em linhas gerais, consiste na análise e planejamento visando a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, mediante a antecipação, reconhecimento, avaliação – inclusive, com mapeamento anual – e controle da ocorrência dos riscos ambientais nos locais de trabalhadores.

Penalidades:

As infrações ora apontadas sujeitam o Empregador às seguintes sanções:

- **Relativas a Saúde do trabalhador** – multa de R\$ 402,53 a R\$ 4.025,33.
- **Concernentes à Segurança do Trabalho** – multa de R\$ 670,89 a R\$ 6.708,88

5 – JOVEM APRENDIZ

O Conselho não dispõe de aprendizes em seu quadro funcional.

O CRO-RO mantinha em seu quadro funcional de 2015, o total de oito colaboradores (Instrução Normativa Secretaria de inspeção do trabalho – SIT nº 97 de 30/07/2012).



OF. CRO-RO Nº 005/2017

Porto Velho, 10 de janeiro de 2017.

Excelentíssimo Senhor

DR. JULIANO DO VALE CD
Presidente do Conselho Federal de Odontologia
SHIN CA 7 – Lote 2 – Bloco B – Lago Norte
71503-507 – BRASÍLIA - DF

Assunto: 1816/72-CFO

Em atenção ao ofício nº 1816/72-CFO, vimos pelo presente em anexo documento referente a auditoria do exercício de 2015.

Em tempo, renovo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD

Presidente CRO/RO

Carta n.º 252/2016

Porto Velho-RO, 10 de novembro de 2016.

Senhor Presidente,

Referindo-nos ao Ofício n.º 1816/72-CFO, de 22 de Setembro de 2016, relativamente à auditoria do exercício de 2015, vimos através desta apresentar as seguintes ponderações no tocante aos serviços de contabilidade do referido exercício, conforme segue:

1. DÍVIDA ATIVA

Como evidenciado no relatório de auditoria, no controle da dívida ativa pela assessoria jurídica do conselho, não há relação aos recebimentos controle individualizado de exercício. De forma que, as receitas recuperadas em determinado exercício são creditadas em conta corrente por via de dois controles de cobrança: boleto e recebimentos por meio de cartão crédito (à vista e parcelado).

Para se escriturar *provisões para perda de arrecadação*, com estimativas em níveis de ordem crescente de risco – Como sugerido no relatório, é necessário que do ponto de vista administrativo/jurídico, seja mantido no CRO/RO o controle do período a que se referem tais recebimentos.

Outro ponto relevante de controle para atender de forma precisa a recomendação da auditoria, seria estabelecer controle de todos os procedimentos de execução da dívida ativa, tais como:

- a) Quantidade de ajuizamento na competência;
- b) Estimativa de conclusão das execuções da dívida ativa por exercício;
- c) Controle de dívidas não ajuizadas.

Assim, de posse das informações citadas precedentemente, sobre a origem dos depósitos decorrente de recuperação de dívida ativa poder-se-á constituir provisões para perda de arrecadação, bem como provisão da Cota Parte do CFO conforme recomendado em auditoria.

2. BENS PATRIMONIAIS

A prática da depreciação na contabilidade pública é recente. Com isso a criação do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – SISPAT que visa inclusive a escrituração

da depreciação está sendo parametrizado no SISCONT para adequar-se às recomendações pertinentes.

Registre-se, que diante da ausência histórica de controle dos bens do ativo o CRO/RO contratou serviços específicos para tal registro. Com efeito, os responsáveis pela identificação dos bens através de plaquetas ou código de barra, devem ser acionados no sentido de ajustar tais controles em relação ao SISPAT.

3. PROVISÃO DE VALORES A RECEBER DA COBRANÇA DE ANUIDADES COM CARTÃO E CRÉDITO

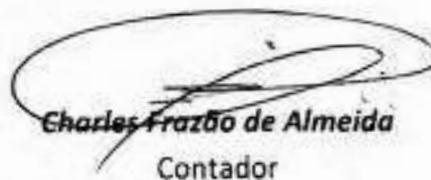
A arrecadação através de cartão de crédito é forma atípica de cobrança. Entretanto, considerando a agilidade no recebimento tal procedimento tem se tornado prática comum no CRO/RO, conquanto possam ocorrer possibilidades de estornos/devoluções comprometa a contabilização por regime de competência. Ainda assim, seguindo orientação constante no relatório de auditoria tais operações serão registradas no ato do pagamento em "Valores a Receber - Cartão de Crédito" e "Variações Patrimoniais Aumentativas - Anuidades".

4. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Em relação a execução orçamentaria e financeira do CRO/RO, considerando que o resultado orçamentário do exercício é informação processada diretamente pelo sistema implanta, as observações quanto a certeza do superávit do exercício 2015, influenciada diretamente por receita de dívida ativa, será apresentada ao responsável pelo sistema a questão suscitada bem como as possibilidades de adequação indicadas na auditoria.

Diante o exposto, sugerimos que este Conselho adote junto ao controle jurídico da dívida ativa as recomendações indicadas pela auditoria no sentido fornecer elementos fáticos para os registros contábeis tempestivos; e, no tocante ao controle do ativo imobilizado que seja solicitado ao profissional responsável pelos registros e controle do SISPAT a atualização das informações como indicado no item 2.

Atenciosamente,


Charles Frazão de Almeida
Contador

CRC-RO 002061/0-9